

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Sair da ilha para *viver na praia*: aspirações, redes e percursos  
na migração de timorenses para Portugal

João Curvêlo

Mestrado em Sociologia

Orientador:  
Doutor Rui Pena Pires, Professor Catedrático,  
ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



# iscte

SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Sociologia

Sair da ilha para *viver na praia*: aspirações, redes e percursos na migração de timorenses para Portugal

João Curvêlo

Mestrado em Sociologia

Doutor Rui Pena Pires, Professor Catedrático,  
ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



*O filósofo do rei, quando não tinha que fazer, ia sentar-se ao pé de mim, a ver-me passar as peúgas dos pajens, e às vezes dava-lhe para filosofar, dizia que todo o homem é uma ilha, eu, como aquilo não era comigo, visto que sou mulher, não lhe dava importância, tu que achas, Que é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não nos saímos de nós.*

José Saramago

*Conto da Ilha Desconhecida, 1998*



## **Agradecimentos**

*Ao Professor Doutor Rui Pena Pires, pela cuidada orientação.*

*Aos migrantes timorenses e a todos os entrevistados, que, generosamente, aceitaram partilhar as suas experiências e inquietações.*

*Aos agentes institucionais e associativos, determinantes no acesso à informação.*

*A Alberto, José, Luísa, Mariana, Marta, Priscila e Rita, pela discussão e ajuda.*

*À Filipa e à Maria, por terem tornado tudo isto possível.*





## Resumo

O fluxo migratório estudado, tendo sido iniciado em 2022, constitui uma rutura com os padrões da emigração timorense no período pós-independência. Esta dissertação procura identificar, a partir da perspectiva dos próprios migrantes, os principais fatores explicativos da migração, do processo decisional e da integração social. Tratando a natureza das aspirações como questão empírica, concebe-se a migração como uma ação individual no quadro de uma decisão partilhada e estruturalmente condicionada. Deste modo, identificam-se as aspirações migratórias (nível micro) no contexto de um ambiente particular de emigração (nível macro), assim como as redes e os mecanismos de *feedback* que, operando ao nível meso, articulam as duas escalas. Por fim, aborda-se o modo de integração destes migrantes. A partir da identificação de percursos no trabalho agrícola e num centro de acolhimento, problematiza-se o paradoxo resultante da ambivalência entre um discurso marcadamente assimilacionista (que realça o espaço identitário comum entre migrantes e autóctones) e uma vivência quotidiana marcada pela etnicização (reforçada, cumulativamente, por situações de exclusão, precariedade e vulnerabilidade social).

Palavras-chave: Migração laboral, Aspirações migratórias, Redes sociais, Integração social.



## Abstract

The migration flow studied, started in 2022, is a disruption with Timorese emigration patterns in the post-independence period. This dissertation seeks to identify, from the migrants' perspective, the main explanatory factors for migration, the decision-making process and social integration. Assuming the aspirations as an empirical question, migration is conceived as an individual action within a shared decision and structurally conditioned framework. In this way, migration aspirations (micro level), in a particular context of emigration (macro level), are identified, as well as the networks and feedback mechanisms that, operating at the meso level, articulate the two scales. Finally, the integration process of these migrants is discussed. Based on trajectories in rural work and in shelter centres, the paradox resulting from the ambivalence between a markedly assimilationist discourse (which highlights the common identity space between migrants and natives) and a daily experience highlighted by ethnicization (reinforced, cumulatively, due to situations of exclusion, precariousness and social vulnerability) is argued.

**Key words:** Labour migration, Migratory aspirations, Social networks, Social integration.



# Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
<b>Introdução</b>	1
Sete ângulos para observar uma nova realidade	1
Nota metodológica	3
<b>Capítulo 1. Migração: transição e fluxo</b>	6
1.1 A migração: da mobilidade espacial ao processo de transição	6
1.2 O fluxo: alterações na dimensão e na forma da migração de timorenses para Portugal	9
<b>Capítulo 2. Decisão: aspirações e capacidades migratórias</b>	15
2.1 A decisão: aspirações e <i>imagens</i> no momento de migrar	15
2.2 A dívida: empréstimos, juros e a migração como investimento da família	22
<b>Capítulo 3. Integração: redes, trabalho e percursos</b>	26
3.1 As redes: da integração por agências formais à construção de redes emigrantes	26
3.2 O campo: trabalho agrícola, nichos ocupacionais e <i>jorna digital</i>	31
3.3 A cidade: acolhimento e etnicização, entre a <i>praia</i> e o centro	35
<b>Conclusões</b>	39
Cinco conclusões sobre um fenómeno social em desenvolvimento	39
Fontes estatísticas e documentais	41
Referências bibliográficas	43

<b>Anexos</b>	51
Anexo 1. Guião de entrevista a migrantes timorenses	52
Anexo 2. Guião de entrevista a agentes associativos/institucionais	55
Anexo 3. Grelha-síntese das entrevistas a migrantes: caracterização biográfica	57
Anexo 4. Grelha-síntese das entrevistas a migrantes: decisão e processo migratório	65
Anexo 5. Grelha-síntese das entrevistas a migrantes: integração, redes e expetativas	78
Anexo 6. Grelha-síntese das entrevistas a responsáveis associativos/institucionais	92
Anexo 7. Minuta da embaixada de Portugal em Díli	96

## Índice de gráficos

Gráfico 1. <i>Stock</i> e fluxos migratórios entre Timor-Leste e Portugal (2001-2022)	12
Gráfico 2. Dívidas dos empréstimos contrários para suportar os custos da migração	24
Gráfico 3. Juros dos empréstimos contraídos para suportar os custos da migração	24

## Índice de figuras

Figura 1. Principais destinos da emigração timorense em 2020 ( <i>stock</i> )	13
Figura 2. Rede de relações entre migrantes, intermediários e proprietário agrícola	28





# Introdução

## Sete ângulos para observar uma nova realidade

Assistimos, no último ano e meio, ao maior fluxo de migrantes timorenses com destino a Portugal no período pós-independência. A ilha e a *praia*, que dão título a esta dissertação, constituem o ponto de partida e o ponto de chegada no percurso de muitos destes migrantes. É na ilha de Timor, na sua metade oriental, que tem origem o fluxo migratório. Sem equiparação nos padrões da emigração timorense das últimas décadas, este fluxo introduz uma nova realidade na longa história das migrações entre os dois países. A *praia*, por sua vez, é a designação cunhada e reproduzida pelos migrantes timorenses para designar o Terreiro do Paço. Outrora centro nevrálgico do império colonial, esta zona de Lisboa, como o Martim Moniz ou as ruas de várias localidades alentejanas, foi abrigo para centenas de timorenses. Entre a ilha e a *praia*, entre origem e destino da migração, um conjunto de aspirações, obstáculos e ações moldam quotidianamente a experiência migratória destes timorenses.

Na sua proposta de *Leis da Migração*, Ernst Georg Ravenstein (1885; 1889) enuncia, entre outras, três tendências gerais: a migração tende a diminuir com o aumento da distância entre origem e destino, as mulheres migram mais do que os homens e a maioria dos movimentos entre distâncias muito longas tem como destino grandes centros urbanos. Como explicar, então, a chegada abrupta de migrantes, maioritariamente homens, provenientes de um território tão distante e tendo como destino primordial, em vez de uma grande metrópole, o trabalho agrícola em pequenas aldeias e vilas?

No momento em que se iniciou esta dissertação, duas ideias pareciam evidentes: o fluxo constituía uma rutura com os padrões da emigração timorense, sobretudo concentrada em países como o Reino Unido, a Austrália ou a Indonésia; e as condições em que é operada a integração destes migrantes apontavam algumas semelhanças com vagas migratórias que, tendo Portugal como destino, são provenientes de outros países e regiões. Assumiu-se então, como hipótese, o papel determinante de organizações e redes migratórias que, atuando a montante (na origem) e a jusante (no destino), acompanhariam os migrantes nas várias fases do percurso migratório. Esta ideia, que enquadra um fenómeno novo em configurações sociais existentes, conduziu a novas interrogações. Que fatores impulsionam a migração na origem e conduzem à opção por este destino? Que aspirações contribuem para o impulso migratório? Como se articulam as diversas estruturas, predominantemente formais ou informais, e que papel têm no impulso desta migração e na subsequente integração? Esta dissertação procura, em três partes distintas, responder a estas questões.

No primeiro capítulo, enquadra-se o fenómeno migratório em estudo. Primeiro, numa perspetiva predominantemente teórica, problematizam-se as dimensões espacial, temporal e social da migração (1.1). Depois, a partir da informação estatística preexistente, enquadra-se a constituição do novo fluxo na história das migrações entre Portugal e Timor-Leste e nos padrões de emigração daquele país (1.2).

Estas duas abordagens complementares estabelecem um quadro de referência para o desenvolvimento da investigação.

Se a alteração restritiva na política migratória britânica, decorrente do Brexit, contém elementos que explicam a rutura de um percurso migratório existente, este acontecimento revela-se insuficiente para explicar a escolha de Portugal como destino primordial da reconfiguração da emigração timorense. Assim, no segundo capítulo, tratando “a natureza das aspirações migratórias como questão empírica” (Carling e Schewel, 2018: 160), procura-se entender os processos que impulsionam ou restringem a decisão de migrar (2.1). Depois, assumindo a constituição de avultadas dívidas como instrumento essencial para o incremento da capacidade económica, identifica-se a dimensão coletiva da migração e o papel central da família nas várias fases do processo (2.2).

Por fim, no terceiro capítulo, tratam-se três dimensões centrais da integração dos migrantes. A influência das organizações e das redes migratórias na integração dos migrantes, quer do ponto de vista formal (agências de recrutamento na origem e intermediários no destino) como informal (redes constituídas entre emigrantes no destino), constitui o objeto do primeiro ponto deste capítulo (3.1). Sabia-se, à partida, que o padrão deste fluxo considerava a existência de múltiplas transições territoriais: desde logo, de Timor-Leste para Portugal; mas também, dentro das fronteiras do país de chegada, de um contexto rural para uma grande metrópole ou para outras cidades de média dimensão. A integração no *campo* (3.2) e na *cidade* (3.3) constituem, assim, os últimos dois pontos da dissertação.

Sem surpresa, a investigação revelou algumas dificuldades. Há precisamente um século, em 1923, Frank Silver escrevia uma canção que viria a tornar-se num enorme sucesso comercial do jazz norte-americano. *Yes, We Have No Bananas!*, explicaria o autor à revista *Time* nesse mesmo ano, é um retrato musical da interação quotidiana entre o próprio e um imigrante grego: “Sou um americano, de ascendência judaica, com uma esposa e um filho pequeno. Há cerca de um ano, a minha pequena orquestra tocava num hotel em Long Island. No caminho para o hotel, eu costumava parar numa banca de frutas de um grego, que começava cada frase com ‘Sim’.” Na realização do trabalho de campo, deparamo-nos com situações, em certa medida, similares. Não raras vezes, nas entrevistas ou em interações informais com migrantes timorenses, à afirmação de assentimento a uma pergunta direta sobre a ocorrência de uma determinada ação seguiu-se a explicação detalhada da razão pela qual essa ação nunca tinha ocorrido. A expressão de anuência ou concordância inicial, mesmo quando o sentido da resposta se viria a revelar diametralmente oposto, poderá ser explicada por diversas razões.

Desde logo, pela tentativa, mais ou menos refletida, de corroborar o que se pensa ser a resposta expectável para o entrevistador. Este enviesamento recorda-nos que uma entrevista constitui, necessariamente, “uma troca social desigual” (Ferreira, 2014: 983), desvendando uma relação assimétrica entre entrevistado e entrevistador. Mesmo no quadro específico do estudo das migrações, haverá realidades muito diversas: não é seguramente igual entrevistar um migrante integrado profissionalmente no país de destino ou um migrante acabado de chegar ao contexto agrícola. O trabalho de campo revelou isso mesmo: a referida assimetria na relação entrevistado/entrevistador foi tão mais

sentida quanto mais vulnerável era a situação em que se encontrava o entrevistado. Se é verdade que as interações tendem a ser mais condicionadas nos casos em que a vulnerabilidade é maior, é também verdade que, por regra, à medida que a interação se prolongou no tempo, o automatismo da resposta foi sendo progressivamente reduzido. A presença prolongada no terreno e a correspondente confiança do entrevistado constituem elementos-chave para o sucesso da investigação.

Outro fator que poderá explicar esta frequente contradição discursiva é o insuficiente domínio da língua. Ainda que o português seja uma das línguas oficiais de Timor-Leste (Hull, 2001), com exceção de alguns entrevistados mais velhos (que, como se verá, não correspondem ao padrão típico desta vaga migratória), a generalidade dos entrevistados apenas é fluente em tétum timorense, em bahasa indonésio ou noutras línguas regionais. É sabido que, numa entrevista, não só as respostas têm de ser decodificadas pelo entrevistador como é necessária a decodificação das perguntas pelo entrevistado (Foddy, 1993: 45-46). De facto, na realização do trabalho de campo, deparamo-nos com uma espécie de paradoxo: no momento em que o investigador procura entender as condições de integração de uma população num determinado quadro social e linguístico (que, em grande medida, é o seu), coloca-se como barreira a difícil integração do entrevistador no quadro social e linguístico dos entrevistados. A assimetria na relação entrevistador/entrevistado tem múltiplas expressões, sendo a língua em que decorre a interação (neste caso, a língua portuguesa), porventura, a mais relevante.

Outros casos houve em que a descrição de ações ou situações foi sendo alterada ao longo da interação, formal ou informal, entre entrevistador e entrevistado. O enviesamento das respostas, notório sobretudo numa fase inicial da interação, poderá advir tanto da decisão consciente de ocultar, ou moldar, determinados aspetos da experiência migratória como do processo em que os “indivíduos, na agitação da sua experiência diária, adquirem uma consciência falsa das suas posições sociais” (Mills, 1959: 11). Não raras vezes, os entrevistados acrescentaram novos elementos, por vezes contraditórios com os relatos iniciais, depois de o gravador ter sido desligado. A criação de discursos padronizados, muitas vezes adquiridos antes da própria migração, leva à reprodução de narrativas que, nalguns casos, pouca adesão terão à realidade. Ao começar este trabalho, nos primeiros contactos que estabeleci, ouvi bem intencionados alertas sobre “as mentiras” que ouviria destes migrantes. Porém, tanto quanto distinguir o que é *verdade* do que não é, importou-me desocultar os sentidos atribuídos pelos indivíduos à sua própria narrativa.

### **Nota metodológica**

Identificadas as duas principais dificuldades verificadas no decorrer do trabalho de campo — o enviesamento de respostas por força de reconstruções discursivas e a difícil compatibilização entre os quadros linguísticos de entrevistador e entrevistado —, detalham-se as principais estratégias adotadas na recolha e tratamento da informação. São quatro: análise de informação estatística, observação participante, realização de entrevistas semiestruturadas e análise de redes sociais (ARS).

Primeiro, procedeu-se à recolha e tratamento de informação estatística relevante. A dimensão demográfica, como em qualquer estudo sobre migrações, constitui um elemento essencial para a compreensão do fenómeno. A informação estatística recolhida sobre a população e a sua distribuição social e funcional (Carmo e Ferreira, 2008: 45), baseada sobretudo em dados secundários, permitiu estabelecer um enquadramento macro da profunda alteração que este fluxo representa nos padrões da emigração timorense. Para tal, recorreu-se predominantemente a informação disponibilizada pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), pela Organização Internacional das Migrações (OIM) e pelo Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (DESA)<sup>1</sup>.

Porém, se este olhar ancorado em grandes números permite enquadrar tendências e padrões, é manifestamente insuficiente para captar dimensões como as aspirações dos migrantes ou as condições em que decorre a integração no contexto de chegada. Recusando a “falsa segurança dos números” (Bourdieu, 2006[2000]), procurou-se uma estratégia de investigação empírica que, a partir da perspetiva dos próprios migrantes, permitisse entender a sua experiência pessoal, as aspirações que impulsionam a migração ou as dinâmicas de integração no quadro social de chegada. E, ao fazê-lo, não se procurou entender apenas os padrões e as tendências gerais, mas também os elementos de exceção. Um exemplo desse esforço é a realização de entrevistas a migrantes que não se enquadram no padrão de um fluxo maioritariamente jovem e masculino.

Uma abordagem predominantemente quantitativa — por exemplo, através da aplicação de um inquérito por questionário — teria conduzido a um duplo problema na recolha de informação. Por um lado, as referidas reconstruções narrativas conduziriam, com grande probabilidade, ao enviesamento das respostas. Por outro, se é verdade que o inquérito por questionário permitiria *medir* informação sobre uma determinada realidade, a escassez de informação qualitativa prévia sobre esta mesma realidade (trata-se do primeiro estudo conhecido sobre este fluxo) poderia levar ao enviesamento das próprias perguntas. Assim, optou-se pela conjugação de duas estratégias complementares de investigação qualitativa: a observação participante e a realização de entrevistas semiestruturadas.

O trabalho de campo decorreu, sobretudo, em três períodos do ano de 2023: entre fevereiro e março, foram efetuados alguns contactos preliminares; entre abril e maio, iniciou-se o trabalho de campo e realizaram-se as primeiras entrevistas; e, entre julho e setembro, concluiu-se a recolha de informação. Foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas: 12 a timorenses chegados a Portugal há menos de dois anos e, complementarmente, quatro a agentes institucionais e associativos. A multiplicidade de espaços em que é operada a integração dos migrantes conduziu à diversificação dos espaços geográficos em que foi efetuado o trabalho de campo. Tomou-se, assim, a decisão de organizar a recolha empírica seguindo

---

<sup>1</sup> Optou-se, ao longo da dissertação (em particular na descrição dos dados), por identificar o Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da Organização das Nações pela sigla em inglês: DESA (Department of Economic and Social Affairs). Esta opção, que difere da opção tomada relativamente às restantes entidades, justifica-se pelo facto de esta corresponder à identificação consensualizada na literatura científica.

a cronologia típica do processo migratório: as primeiras entrevistas foram realizadas em três localidades do Alentejo — Beja, Cabeça Gorda e Baleizão —, seguindo-se a recolha em Lisboa.

Assumindo o guião apenas como um ponto de partida (vd. Anexos 1 e 2), procurando, assim, evitar “entrevistas administradas como questionários” (Ferreira, 2014: 983), assumiu-se, sempre que possível, a opção metodológica de “introduzir uma pergunta que seja genérica sobre um determinado tópico antes de avançar com outras mais específicas” (Foddy: 1993: 7). Utilizou-se uma amostragem de tipo *snowball* — ou seja, recorrendo ao efeito multiplicador dos contactos a partir de um primeiro contacto —, tendo os informantes privilegiados, nos vários contextos geográficos, sido sobretudo agentes associativos ou institucionais. A importância destes informantes revelou-se a dois níveis: desde logo, evidentemente, na facilitação do acesso à informação; mas também no incremento da confiança dos entrevistados. Sabendo que a presença do investigador reorganiza necessariamente as relações sociais e o próprio tecido social em análise (Costa, 1987: 135), a mediação inicial dos informantes foi essencial para evitar que o investigador fosse tratado como invisível ou que “se devolvesse à sua volta uma atmosfera hostil” (Cabral, 1983: 331). Atendendo à vulnerabilidade da população em estudo, de forma a proteger a sua identidade e como garantia de reserva sobre a origem da informação, as entrevistas foram anonimizadas.

O trabalho de campo revelou-se, porém, significativamente mais amplo do que a “simples” realização de entrevistas. Seja pelas interações originadas pela presença no terreno ou pela aceitação de dar uma entrevista com a condição de que não fosse gravada, recolheu-se um conjunto de “enunciados verbais dos actores sociais, procurando transcrevê-los tão à letra quanto possível” (Costa, 1987: 132). Um exemplo dessa amplitude é a recolha de informação sobre a contração de dívidas, na qual o número de elementos recolhidos sobre esta dimensão é significativamente superior ao número de entrevistas efetuadas (1.3).

A opção por uma abordagem predominantemente qualitativa comporta, no entanto, uma exceção. Desde cedo se tornou evidente a centralidade, adquirida através do papel de mediação, dos intermediários na organização do processo migratório e no acesso ao trabalho. Sendo as estruturas sociais mantidas ou redefinidas a partir de relações, a análise entre as condições estruturais e a ação dos migrantes é passível de ser representada através de dados relacionais (Scott, 2000: 4). Assim, com o objetivo de exemplificar graficamente a centralidade destes atores, realizou-se uma análise de redes sociais com recurso ao programa *Ucinet* (3.1).

Duas ressalvas devem, por fim, ser feitas. Primeiro, os pontos que resultam da investigação empírica, mais do que capítulos cristalizados em abordagens mutuamente exclusivas, constituem ângulos sob os quais se podem observar as principais dimensões da migração, decisão e integração. Segundo, o facto de esta ser a primeira investigação sobre o recente fluxo de timorenses para Portugal trará todas as vantagens e constrangimentos inerentes. Tratando-se de uma vaga migratória ainda em desenvolvimento, esta é a segunda ressalva: os resultados que se apresentam procuram traduzir a realidade no momento específico em que foram produzidos.

## **Migração: transição e fluxo**

Neste primeiro capítulo, enquadra-se o fenómeno em estudo do ponto de vista teórico, histórico e demográfico. Primeiro, estabelecendo um quadro teórico-conceptual de referência, problematiza-se a migração como uma transição espacial, com a durabilidade bastante para a integração no quadro social da sociedade de chegada (1.1). Depois, com recurso a informação estatística existente, sustenta-se que o recente fluxo para Portugal constitui uma rutura com os padrões da emigração timorense (1.2).

### **1.1 A migração: da mobilidade espacial ao processo de transição**

Encontrar uma definição simultaneamente abrangente e caracterizadora de *migração* não é um processo simples. Da maleabilidade conceptual do termo, resulta um amplo intervalo entre dois extremos dicotómicos (Nolasco, 2016: 3): de um lado, a amplitude da definição permite a inclusão de todas as formas de mobilidade; do outro, é tão restritiva que exclui determinados movimentos. Desde 2003, o Instituto Nacional de Estatística (INE) enquadra a *migração* como sendo “uma deslocação de um indivíduo através de um determinado limite espacial, de forma temporária ou permanente”. A definição deste indicador estatístico, ainda que apresente algumas limitações, permite, ainda assim, identificar duas dimensões essenciais de qualquer processo migratório: a espacialidade e a temporalidade.

De facto, se a migração é um processo espacial por definição (Weeks, 2007: 264), compreende necessariamente uma deslocação de indivíduos de um certo lugar de origem para um certo lugar de destino (Henry, 1981: 107). Esta dimensão espacial é explicitada nas definições clássicas: por um lado, a migração implica “uma mudança permanente ou semipermanente de residência” (Lee, 1966: 46); por outro, essa alteração de residência resulta no “desligamento da organização de atividades num local e na movimentação de todas as atividades para outro” (Goldscheider, 1971: 64). A migração é, pois, um processo de transição entre espaços territorialmente distintos.

Porém, a conceptualização do fenómeno numa lógica estritamente demográfica teria como consequência a sua redução a um “simples” movimento espacial de pessoas ou grupos de pessoas. Além de uma transição entre espaços territorialmente distintos, a migração deve ser “enquadrada num processo social mais amplo, que envolve o abandono de um quadro social e a entrada noutra” (Eisenstadt, 1953: 1). Deste pressuposto, resultam três elementos definidores da migração. Primeiro, a migração consiste num movimento espacial entre diferentes sistemas de interação (Mangalam e Schwarzweller, 1968: 38), conduzindo a um processo de desintegração na sociedade de partida e de posterior reintegração na sociedade de chegada (Pires, 2003: 59). Segundo, esse processo implica “uma mudança de posição de *status* que se manifesta nos relacionamentos espaciais”, tendo como consequência “a quebra de antigos laços sociais e a forja de novos” (Jackson, 1991: 1-2). Terceiro, a natureza complexa deste movimento

leva a que deva ser tratado como um processo social — diferindo de fenómenos demográficos por não ser passível a sua análise sem recurso às condições sociais relevantes (Peterson, 1968: 265). Ou seja, a migração constitui, igualmente, um processo de transição entre sistemas sociais diversos.

Os critérios em torno da definição do *espaço* e do *tempo* exigíveis para a constituição de um processo migratório foram, no último século, alvo de ampla discussão teórica e institucional. Quando, há setenta anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) esboçou uma definição de *migração permanente*, enquadrou o conceito como um processo em que é necessário permanecer num país estrangeiro por mais de um ano (ONU, 1953). Esta definição, ainda que posteriormente atualizada, permite assinalar duas dimensões críticas na conceptualização das migrações: a amplitude temporal necessária para a constituição do fenómeno migratório; e o estabelecimento da transposição de uma fronteira político-administrativa como condição para a existência desse processo.

Retomemos, a respeito do primeiro ponto crítico, a conceptualização de migração proposta por Everett Lee (1966: 46): mesmo considerando qualquer alteração espacial (inclusive, uma mudança de apartamentos dentro de um mesmo edifício) como sendo uma migração, o carácter “permanente ou semipermanente” desta mudança confere ao processo algum limite temporal<sup>2</sup>. Por sua vez, William Peterson (1968: 264-265) coloca explicitamente em causa a pertinência da adoção de um limite temporal concreto, ao afirmar que, “quando o migrante se distingue do viajante pela definição arbitrária de ausência por um ano ou mais (...), tal distinção claramente tem pouca ou nenhuma base teórica e nem é certo que seja a mais conveniente”. Assumem-se, neste contexto, as considerações referidas: se o fluxo em estudo constitui (pelo menos, a intenção de) uma alteração permanente ou semipermanente de residência, este fluxo, porquanto é um fenómeno recente, dificilmente pode ser enquadrado numa lógica temporal restritiva.

Outro elemento crítico na definição proposta pela ONU, em 1953, é a redução da migração, tanto a permanente como a temporária, à deslocação para um país estrangeiro. A migração exigiria, assim, a transposição de uma fronteira nacional, delimitadora de um Estado-Nação. É certo que a identificação de uma transição entre espaços territorialmente distintos pressupõe a transposição de uma *fronteira* — ou, utilizando a terminologia estatística vigente em Portugal, de um “limite espacial”. E é também certo que, no caso das migrações internacionais, estamos perante um processo com dimensões particulares, uma vez que este tipo de migração implica a passagem dos migrantes à situação de *estrangeiro* e o correspondente estatuto de restrição de direitos (Pires, 2003: 63). Porém, a redução da noção de fronteira à sua dimensão político-administrativa levanta problemas teóricos e operacionais.

---

<sup>2</sup> Este limite temporal é explicitado pelo autor (Lee, 1966: 49), ao afirmar: “Contudo, nem todos os tipos de mobilidade espacial estão incluídos nesta definição. Excluídos, por exemplo, estão os movimentos contínuos de nómadas e trabalhadores migrantes, nos casos em que não existe residência a longo prazo, assim como as movimentações temporárias, como aquelas que acontecem no verão para as montanhas.”

Primeiro, a sobrevalorização da dimensão formal da fronteira é estabelecida em detrimento da valorização das dinâmicas de integração no contexto da sociedade de chegada. Segundo, o facto de Portugal ter exercido sobre o território de Timor-Leste uma relação colonial introduz problemas adicionais na aplicação dessa noção restritiva. Estes problemas materializam-se, desde logo, ao nível da classificação da própria migração: nos fluxos migratórios mais antigos, introduzindo a transposição de uma fronteira nacional como critério indispensável da migração, como classificaríamos a emigração de timorenses para Portugal anterior a 1975? Por outro lado, no mais recente fluxo, esta conceção restritiva impedir-nos-ia de entender como *migração* a transição, no país de chegada, de uma aldeia rural para um contexto metropolitano. Ora, esta segunda migração, como se verá, implica uma nova rutura no quadro interativo dos migrantes e, assim, estabelece novos elementos de integração.

O argumento não é, sequer, uma novidade: há meio século, havia quem considerasse que “os fundamentos da mudança entre rural e urbano, tão característica da era moderna, são geralmente os mesmos, quer os novos moradores da cidade cruzem ou não uma fronteira nacional” (Peterson, 1968: 264). Procurando incluir a multiplicidade de elementos diferenciadores da experiência migratória, será então útil considerar a fronteira como um elemento de diferenciação entre algo que “contém elementos que podem, para certos fins e em determinados aspetos, ser considerados mais parecidos do que diferentes” (Cohen, 1985: 14). Ou seja, considerando a transposição de uma fronteira como condição do processo migratório, retoma-se a ideia de que esta estabelece uma separação entre os quadros sociais da sociedade de partida e de chegada.

A conjugação das três dimensões assinaladas nos processos migratórios — uma transição espacial, com a durabilidade bastante para a integração dos migrantes no quadro social de chegada — permite entender a migração como um tipo particular de mobilidade, distinta das movimentações pendulares quotidianas ou do turismo. Identificadas as principais dimensões definidoras da migração, coloca-se outra questão: por que razão decidem as pessoas migrar em vez de permanecer?

Na migração, concebida enquanto processo de transição, jogam um papel decisivo as aspirações e capacidades dos potenciais migrantes, no contexto de um conjunto de oportunidades geográficas percebidas (de Haas, 2021: 1-2). Se as aspirações e as capacidades migratórias têm naturezas distintas — permitindo distinguir, em termos gerais, o desejo de migrar (que implica a avaliação da migração como ação potencial) e a capacidade de fazê-lo (que resulta na decisão de mobilidade ou imobilidade) —, estas estão intrinsecamente interligadas (Carling, 2002) e, como tal, não devem ser entendidas como categorias mutuamente exclusivas. Por um lado, do ponto de vista teórico, se a relação entre estes dois elementos envolve a interação entre estrutura e agência, cada uma das duas dimensões é reciprocamente influenciada pela outra (Carling e Schewel, 2018: 158). Por outro lado, operativamente, “se não distinguirmos entre as motivações dos migrantes e as causas sociais da emigração — isto é, se não levarmos em conta o nível de aspiração dos emigrantes —, a nossa análise carece de clareza lógica” (Peterson, 1968: 269).



A ação dos indivíduos tem impacto nas estruturas sociais existentes, tanto na origem como no destino. A decisão de migrar compreende, além disso, um conjunto heterogêneo de razões socialmente construídas, as quais, relacionando-se com o ambiente social em que o potencial migrante está inserido, potenciam ou restringem o impulso migratório. Adiante, tratar-se-ão as aspirações no contexto do processo decisional (2.1) e a capacidade no quadro do acesso à informação (2.1) e da contração de dívidas para pagar os custos iniciais da migração (2.2).

A migração não ocorre, portanto, num vazio social. Ao invés, depende de variadas condições, que se manifestam em múltiplas escalas. Os movimentos migratórios podem, assim, ser vistos como resultado da ação nos planos macro e microestrutural (de Haas et al., 2021). As macroestruturas traduzem-se no condicionamento por fatores institucionais, como as dinâmicas económicas e laborais, ou as restrições ao nível da entrada e regularização dos migrantes. As microestruturas, por sua vez, condicionam as práticas, os laços familiares e as crenças dos migrantes. A articulação entre estas duas escalas é estabelecida por um conjunto de instrumentos, que operam ao nível meso. Estes instrumentos comportam mecanismos de *feedback* ou redes de migração (1.2; 3.1), explicando como a mobilidade pode, parcialmente, autopropor-se (Massey et al., 1993).

## **1.2 O fluxo: alterações na dimensão e na forma da migração de timorenses para Portugal**

Os dados divulgados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) dão conta de que, no ano de 2022, entraram em território português 6 814 timorenses<sup>3</sup>. Se a estas somarmos as entradas que estão a ocorrer em 2023, ainda não contabilizadas nas estatísticas, podemos estar na presença de uma vaga superior a 10 000 pessoas. É verdade que este fluxo, se comparado com fluxos provenientes de outros países, assume valores relativamente modestos. Em 2022, a população timorense equivaleria a menos de 1% da população estrangeira em Portugal — enquanto a população proveniente do Brasil ou do Reino Unido, por exemplo, representava, no mesmo período, respetivamente, 30,7% e 5,8% da população estrangeira com título de residência. Porém, introduzindo dois outros fatores de ponderação, torna-se evidente a relevância social (e a novidade) deste novo fenómeno migratório.

---

<sup>3</sup> Nos relatórios publicados anualmente pelo SEF (2001-2023), o “fluxo migratório” quantifica a população estrangeira com título de residência. Paralelamente, a mesma entidade divulgou publicamente dados relativos às entradas de timorenses em Portugal (Agência Lusa, 2023). Os dados utilizados nos relatórios anuais (títulos de residência) criam três problemas operativos. Primeiro, sendo a aquisição de título de residência um processo moroso, existe um hiato temporal entre a migração e a quantificação estatística da migração (particularmente relevante no fluxo em estudo, porquanto é um fenómeno recente). Segundo, estes dados dizem respeito à contabilização dos estrangeiros (não contabilizando os imigrantes que adquirem a nacionalidade portuguesa). Por fim, o facto de os migrantes permanecerem em Portugal sem título de residência é, por si, um elemento relevante para o estudo da migração e integração dos migrantes. Esta tripla constatação conduziu à opção pela utilização dos dados do SEF referentes ao total de entradas no país — que são, também eles, públicos e oficiais. Retornaremos a esta questão na análise do Gráfico 1.

O primeiro fator a ter em conta é a dimensão do país de origem. Se, em vez de considerarmos o peso relativo na população do país de destino, considerarmos o peso relativo na população do país de origem, a perspetiva muda substancialmente: o fluxo de timorenses para Portugal corresponde, em 2022, a 0,5% do total da população residente em Timor-Leste; enquanto a população proveniente do Brasil ou do Reino Unido com título de residência em Portugal correspondia a 0,1% da população residente nestes dois países<sup>4</sup>. Ainda que este não seja o objeto central desta dissertação, a ponderação do peso relativo da migração na população do país de origem é um indicador do efeito que este fluxo poderá ter no desenvolvimento de Timor-Leste. E recorda-nos que o processo migratório, entendido como uma componente intrínseca de um processo mais amplo de transformação social (de Haas, 2021), considera uma tríade de vertentes de mudança social: o bem-estar dos próprios migrantes, o impacto sobre a comunidade recetora e o bem-estar das sociedades de partida (Knox, 1984: 32). Ou seja, não estando o impacto restrito à sociedade de chegada, a migração resulta de “uma ação coletiva, decorrente da mudança social, que afeta tanto a área de origem como a área de receção” (Castles e Miller, 1998: 19).

O segundo fator que confirma a relevância social deste fluxo é a rutura que este representa, pelo efeito conjugado das alterações na dimensão e na forma, no padrão das migrações entre Portugal e Timor-Leste. A história das migrações entre estes países pode ser enquadrada em três grandes fases.

Até 1975, e durante cerca de cinco séculos, Timor foi um território colonizado por Portugal. Daí que, constituindo a migração neste período uma deslocação dentro das fronteiras do império colonial, seja difícil quantificar com rigor estes fluxos (recorde-se, a este respeito, a problematização das limitações de uma conceção estritamente administrativa da *fronteira*; vd. 1.1). No que respeita aos movimentos de Portugal para Timor, a presença portuguesa, “desde a chegada dos primeiros missionários nos inícios do século XVI até meados do século XIX, resumiu-se a apenas alguns pontos ocupados no litoral, tendo o interior permanecido largamente isento de uma presença territorial expressiva que marcasse a soberania ou assinalasse uma colonização do espaço feita por comunidades portuguesas” (Barreto, 2014: 68). Em sentido inverso, de Timor para Portugal, assistiu-se neste período, “embora com reduzida expressão, a uma migração de tipo individual, protagonizada por uma elite letrada composta por jovens do sexo masculino e de ascendência metropolitana ou pertencentes às classes sociais com elevado estatuto local” (Viegas, 1997: 27). Apesar do padrão predominantemente masculino, deve notar-se que é também nesta fase que “algumas mulheres timorenses, tendo casado com

---

<sup>4</sup> Tendo-se optado por considerar o total de entradas em território nacional (vd. nota 3), é seguro afirmar que a população timorense em Portugal é inferior a 1% da população estrangeira neste país. Nos casos do Reino Unido e Brasil, considerou-se os dados referentes ao fluxo como contabilização dos títulos de residência em 2022 (SEF, 2023). Uma vez que o SEF apenas disponibiliza o número total de entradas dos migrantes timorenses, esta afigura-se como a opção viável para a comparação entre fluxos. O risco de uma comparação enviesada é minimizado pelo facto de a migração de Brasil e Reino Unido ter características distintas: o peso relativo dos estrangeiros sem título de residência no *stock* proveniente destes países será, por razões que se prendem com a constituição anterior destes fluxos (e até com razões de natureza fiscal), significativamente inferior. Para o cálculo, foram utilizados, ainda, os dados dos últimos registos censitários do Brasil (2022), Reino Unido (2021) e de Timor-Leste (2022).

militares portugueses, os acompanham no regresso a casa” (Miranda, 2010: 84). Esta migração constituirá a primeira expressão significativa de emigração feminina timorense com destino a Portugal.

Uma segunda fase, compreendida entre 1975 e 2002, é marcada pela ocupação indonésia e pela subsequente criação de um fluxo de refugiados de Timor-Leste para Portugal. De facto, entre 1975 e 1999, Portugal terá acolhido cerca de 10 000 refugiados timorenses (Wise, 2004: 152). Num contexto de ocupação militar e violência motivada pelo conflito, que se prolongou por duas décadas e meia, esta migração enquadra-se predominantemente numa lógica de mobilidade involuntária, porquanto apenas é possível conceber a voluntariedade da mobilidade se existir opção razoável de permanência (de Haas, 2021: 22-23). A migração para Portugal, nesta fase, não se constituiu num movimento único: foi, ao invés, um processo contínuo, com intensidades que diferiram consoante a mobilidade foi sendo facilitada ou estrangida pelo desenvolvimento do conflito, pela intervenção dos Estados e das organizações humanitárias ou, simplesmente, pela ação dos próprios refugiados<sup>5</sup>. Terminado o conflito, uma parte destes refugiados permaneceu fora do país de origem, em Portugal ou noutros países, e outros houve que decidiram regressar a Timor. O retorno constituiu, aliás, um fator de alteração demográfica interna de longo prazo, dado que uma parte significativa dos refugiados, em vez de regressar às povoações de origem, decidiu estabelecer-se em Díli (OIM, 2023: 38).

Por fim, a terceira fase compreende o período pós-independência de Timor-Leste. A análise de dados relativos à emigração timorense, sobretudo a que é dirigida aos países europeus, confronta-se com um problema significativo: o facto de os timorenses nascidos antes de 2002 terem direito a passaporte português dificulta significativamente a quantificação das migrações internacionais. Esta ressalva é importante no enquadramento da migração de timorenses para Portugal, mas também na que tem como destino outros países europeus — note-se que, em 2011, menos de dez emigrantes timorenses estavam oficialmente registados na Irlanda (OIM, 2023: 25). Por evidentes razões, que se prendem com a idade dos migrantes, o impacto deste enviesamento é tanto maior quanto mais antiga é a migração: no caso do fluxo em estudo, iniciado em 2022, uma parte dos migrantes não tem acesso automático à nacionalidade (ainda que a possa solicitar pelo acionamento do critério de ascendência). Feita a ressalva, é possível definir o padrão da migração pós-2002 com base em duas características: fluxos migratórios reduzidos, tanto de Timor-Leste para Portugal como em sentido inverso; e uma prolongada estabilidade, tanto ao nível do *stock* de residentes como do fluxo migratório.

---

<sup>5</sup> Esta migração de refugiados timorenses pode ser sistematizada em sete fluxos (Miranda, 2010), os quais compreendem: i. os migrantes timorenses provenientes da ponte aérea organizada em 1976 entre Atambua e Lisboa; ii. os refugiados que, entre 1977 e 1982, suportam o custo das viagens; iii. aqueles que, entre 1982 e 1993, chegaram ao abrigo do reagrupamento familiar; iv. os refugiados que, na sequência do massacre de Santa Cruz, em 1991, fugiram através dos “assaltos a embaixadas”; v. famílias que, em 1995, chegaram por via do repatriamento de antigos funcionários públicos da administração colonial; vi. aqueles que, antes do referendo de 1999, se encontravam refugiados em Jacarta e em Macau e viajaram com passaporte da Cruz Vermelha; e vii. em 2000 e 2001, jovens que chegaram através de bolsas de estudo atribuídas pelo governo português.

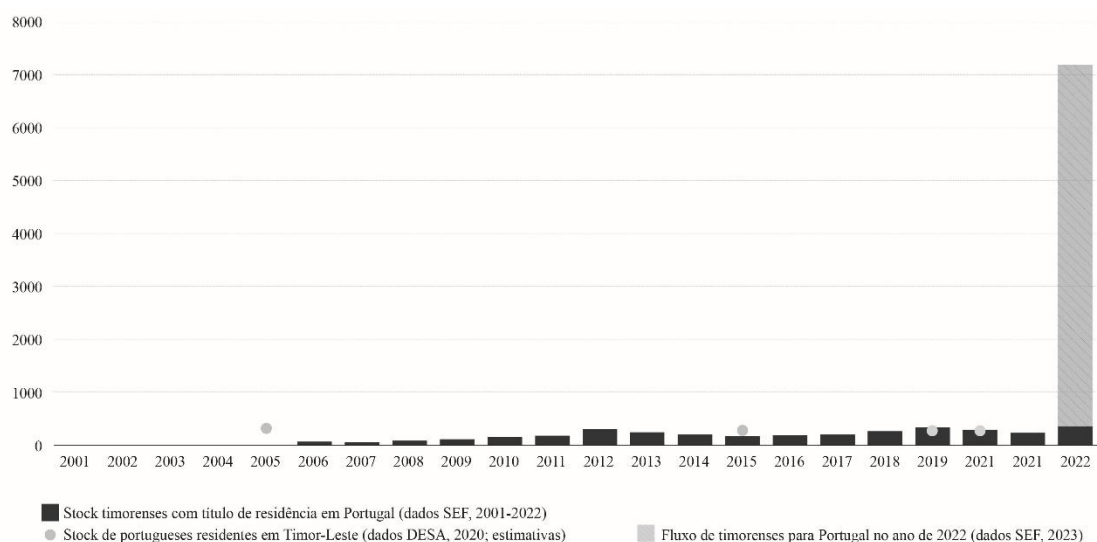


Gráfico 1. Stock e fluxos migratórios entre Timor-Leste e Portugal (2001-2022)  
[produção própria a partir de dados do SEF (2002-2023) e DESA (2020)]

No que à migração de portugueses para Timor-Leste diz respeito, verifica-se que, de 327 residentes em 2005, com oscilações relativas ao longo dos anos, chegamos a um total 271 emigrantes em 2021. Já no que diz respeito à migração de timorenses para Portugal, verifica-se um *stock* igualmente reduzido: de dois títulos de residência em 2002 (note-se que a generalidade dos timorenses residentes teria nacionalidade portuguesa), o *stock* foi crescendo, com algumas oscilações, até 361 timorenses com título de residência em 2022. Ainda que a comparação entre o atual fluxo e os últimos anos pudesse inspirar reservas, visto que 2020 e 2021 foram anos de restrições pandémicas com impacto nas migrações internacionais, a emigração de timorenses ao longo das últimas duas décadas é marcada por uma prolongada estabilidade. Apenas por três vezes — em 2013, 2019 e 2022 —, o *stock* de migrantes timorenses com título de residência foi superior a 300 indivíduos.

Este *stock* migratório — o qual, conforme referido anteriormente, corresponde ao número de timorenses com título de residência — mantém-se, portanto, praticamente inalterado. Porém, se se considerarem os dados recentes das entradas globais de timorenses em Portugal, torna-se evidente a relevância demográfica e social da recente vaga: só em 2022, o fluxo é cerca de 30 vezes superior à população timorense com título de residência nesse mesmo ano. Esta diferença significativa entre o total de entradas e a atribuição de títulos de residência revela, simultaneamente, duas dimensões: primeiro, mesmo nos casos em que o pedido de título de residência tenha sido efetuado, o processo moroso de obtenção de documentação configura-se um elemento de fragilização da posição social destes migrantes (1.4; 2.2); segundo, o valor prolongadamente reduzido de títulos de residência indicia que, ao longo das últimas décadas, Portugal se constitui como uma plataforma para a migração de Timor-Leste para outros territórios europeus. Paralelamente, se a este fluxo somarmos o provável aumento em 2023, mesmo admitindo um abrandamento das entradas, é provável que, em apenas dois anos, entrem em Portugal tantos timorenses quanto aqueles que foram acolhidos nos 25 anos de ocupação indonésia.

Tendendo os indivíduos a migrar do mais conhecido para o menos desconhecido (Pires, 2003: 70-77), esse “menos desconhecido” corresponde, frequentemente, a destinos com os quais o país de origem partilha laços históricos relevantes. Ora, a decorrência desta ideia, sabendo que “os padrões de migração tendem a refletir (...) as ações hegemônicas levadas a cabo no passado por potências mundiais” (Portes, 1999: 25), seria a existência de fluxos significativos com destino a Portugal. Porém, ao contrário do que aconteceu com a maioria das ex-colônias portuguesas (Pires et al., 2012; Baganha et al., 2009; Machado, 1997), no caso de Timor-Leste esse movimento não foi predominante nas últimas décadas.

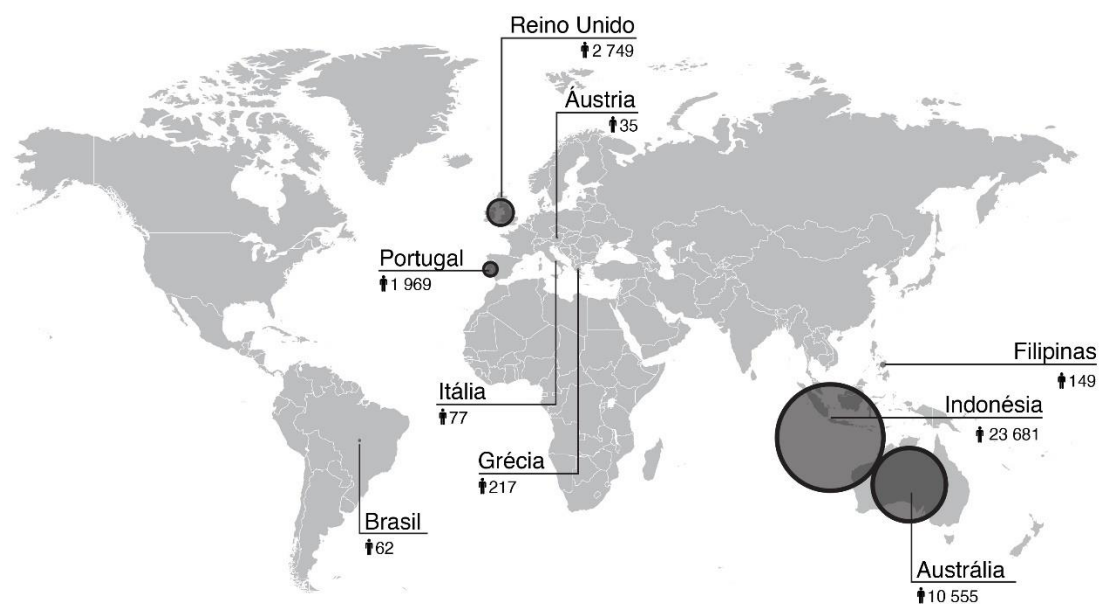


Figura 1. Principais destinos da emigração timorense em 2020 (stock)  
[produção própria, a partir de dados DESA, 2020]

Em parte devido aos problemas de classificação legal, anteriormente identificados, não existe consenso no que respeita à quantificação da diáspora timorense. Por um lado, estimativas referentes a 2019 identificavam cerca de 40 000 emigrantes timorenses no mundo (IOM, 2023: 23; DESA, 2020). Por outro, as autoridades timorenses têm situado este número nos 50 000 emigrantes<sup>6</sup>. Uma possível explicação para esta diferença é a sub-representação estatística, decorrente dos problemas de classificação anteriormente identificados (resultantes do recurso a passaporte português), da migração para o Reino Unido: a DESA, conforme se pode verificar na infografia acima apresentada, identifica menos de 3 000 migrantes timorenses neste país. Em contraponto, a migração para Portugal assume um valor mais expressivo do que o registado nas estatísticas do SEF.

O Reino Unido tem-se afirmado como um dos destinos preferenciais da emigração timorense, acolhendo entre 16 000 e 19 000 migrantes provenientes deste país (Boxer e Wigglesworth, 2019).

<sup>6</sup> Na *Estratégia Nacional de Emprego 2017-2030* (RDTL, 2017: 18), refere-se que: “Além dos timorenses que participam nos programas governamentais de migração laboral na Coreia do Sul e na Austrália, existem cerca de 50 000 timorenses a viver no estrangeiro, principalmente na Indonésia, Reino Unido e Austrália.”

Constituída em grande medida fora da moldura dos programas de recrutamento, sendo baseada na reprodução de fluxos a partir de uma migração original, este trajeto migratório terá a sua origem em Portugal. Andrew McWilliam (2012: 77) identifica na deslocação de uma indústria portuguesa para a região irlandesa de Dungannon, ocorrida em 1999-2000, um fator explicativo da constituição da rota migratória. Este facto responde à questão anteriormente colocada: a migração, tida como transição que tende a ocorrer “do mais conhecido para o menos desconhecido”, justifica-se, no caso, pela dimensão da integração laboral. A transferência da produção “conhecida” para outro país, sendo a capacidade migratória (no domínio legal) assegurada pelo recurso ao passaporte português, abriu uma nova rota migratória que se prolongou ao longo do tempo (Wigglesworth e Boxer, 2017) — vivendo na região de Dungannon cerca de 3 000 migrantes timorenses (Wigglesworth, 2016; Sanches, 2020). A partir deste movimento inicial, a migração timorense no Reino Unido expandiu-se geograficamente para regiões urbanas de Inglaterra, como Peterborough, Oxford e Northwich (Freedman, 2018; OIM, 2023: 34). Da indústria transformadora na Irlanda do Norte à integração laboral nos serviços em Inglaterra, estima-se que apenas cerca de metade dos migrantes timorenses no Reino Unido estejam empregados no setor formal (Freedman, 2018) e que muitos trabalhem num quadro de precariedade remunerada em valores que se aproximam do salário mínimo (Cabral e Martin-Jones, 2017).

A Austrália, assim como a Indonésia, acolheu, entre 1975 e 1999, um número significativo de refugiados timorenses. Aos refugiados que permaneceram no país na sequência desse fluxo, juntou-se, nas duas décadas que decorreram desde a independência, uma série de migrantes laborais. Assim, há cerca de uma década, estimava-se a permanência de entre 15 500 e 20 000 timorenses em território australiano (Askeland, 2014: 202). Além disso, desde 2012, a criação de um programa de recrutamento de curta duração, com base em trabalho sazonal e dirigido a trabalhadores pouco qualificados (Wigglesworth, 2016; Smith, 2019), levou a este país milhares de timorenses. O referido programa tem, aliás, algumas similitudes com aquele que foi estabelecido, em 2009, com vista à migração para a Coreia do Sul (Wigglesworth e Fonseca, 2016).

Se a alteração na dimensão do fluxo migratório para Portugal é evidente, podendo ter atingido o equivalente a cerca de um quarto da diáspora timorense num período de dois anos, a alteração na forma é também visível. Os dados do SEF revelam que, até ao fluxo de 2022, existia algum equilíbrio na representação dos sexos da população com título de residência — existindo mesmo, entre 2019 e 2022, predominância da população feminina. Esta realidade contrariava, aliás, o padrão da emigração timorense, o qual revela uma realidade em que “as mulheres são menos propensas a migrar, embora o número total de mulheres migrantes esteja a aumentar proporcionalmente mais rápido do que o número total de homens migrantes, a menos que estejam a migrar conjuntamente com outros membros da família” (IOM, 2023: xxii). Ora, a masculinização do fluxo iniciado em 2022 é a primeira característica de rutura nesta recente migração: toda a informação empírica recolhida aponta para a predominância da população jovem e masculina neste novo fluxo migratório.

## Decisão: aspirações e capacidade

Com base na informação empírica recolhida, este segundo capítulo trata duas dimensões do processo decisional. Primeiro, a partir das aspirações migratórias e da formação de *imagens* sobre o destino, problematiza-se a decisão de migrar e as principais dimensões que justificam a escolha de Portugal como destino dessa migração (2.1). Depois, identificando a contração de dívidas com elevados juros como elemento essencial para a constituição da capacidade económica para migrar, identifica-se também a dimensão coletiva da migração e a família como elemento central para o impulso migratório, para a naturalização das dificuldades e para a reconfiguração das expectativas, aspirações e narrativas dos migrantes ao longo de todo o percurso (2.2).

### 2.1 A decisão: aspirações e *imagens* no momento de migrar

O recente fluxo de timorenses para Portugal terá começado, segundo a informação empírica recolhida, no início de 2022 — tendo-se acentuado a partir de maio e junho desse ano. O que explica, então, a alteração na dimensão e forma da emigração timorense para Portugal? A existência de uma rota migratória para o Reino Unido, preponderante na emigração timorense das últimas décadas, tornou-se possível devido à aquisição de passaporte português pelos timorenses nascidos antes da independência (possibilitando, assim, a mobilidade no espaço comunitário). Porém, as restrições na política migratória britânica alteraram substancialmente esta realidade<sup>7</sup>. Esta é a primeira explicação para o recente fluxo de timorenses para Portugal: resulta de uma rutura, politicamente determinada, de um trajeto migratório existente.

Primeiro, eu não sabia quase nada sobre Portugal. Foi [potência] colonial da nossa Terra, 450 anos lá. Depois, a Nação Portugal é como uma porta. Uma porta para toda a União Europeia. Para Inglaterra, se consegue entrar. Nós também tem[os] direito a estar cá. E a ir de cá para Europa. (T10, 29 anos, homem, natural de Lospalos)

Vêm diretamente de Timor-Leste, até porque não têm visto para entrar noutros países. Então, Portugal é a porta de entrada para eles. (E2, mulher, técnica num centro de acolhimento)

---

<sup>7</sup> Este não será o único caso em que alterações de política num determinado país têm impacto indireto em países terceiros. Veja-se, por exemplo, a migração de brasileiros para Portugal na decorrência do fechamento fronteira sul norte-americana, na sequência dos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 (Pinho, 2012).

Para alguns dos migrantes, como exemplificado nos discursos acima, a migração para Portugal é inicialmente concebida como uma *escala* num percurso mais amplo (de indivíduos que, na sua maioria, não têm experiência migratória prévia). Portugal constitui-se, então, como “uma porta” que permite a posterior migração para outros países europeus. A expectativa de migrar posteriormente para o Reino Unido, onde se encontram familiares ou outros conhecidos, levou muitos destes migrantes — incluindo uma parte dos entrevistados no trabalho de campo — a tentar entrar no Reino Unido poucos meses depois de chegar a Portugal. Com a fronteira fechada e sem recursos (desde logo, linguísticos) para passar nos serviços de imigração britânicos, uma parte significativa viu-se obrigada a regressar.

Na abordagem do processo decisional, retomamos a conceptualização de migração como função de aspirações e capacidades de potenciais migrantes no contexto de um conjunto de oportunidades geográficas percebidas (de Haas, 2021). Esta ideia constitui-se como grelha conceptual para a interpretação da informação empírica recolhida sobre o processo de decisão — tanto ao nível das aspirações que impulsionam a migração<sup>8</sup> como da capacidade para exercê-la. Estas dimensões procuram compreender por que razão decidiram estas pessoas migrar. Mas, ao responder a esta questão, coloca-se uma outra: por que razão decidiram estas pessoas migrar especificamente para Portugal?

Chombart de Lauwe (1964: 181) afirma que “a evolução das necessidades e das estruturas sociais está intimamente ligada (...) à constituição e realização de aspirações” — as quais, dado que “um homem nunca caminha inteiramente sozinho em direção a um objetivo que lhe pareça melhor do que o atual”, se situam no cruzamento entre o pessoal e o social. As aspirações migratórias, “variando em função do equilíbrio entre escolha e coerção”, dizem assim respeito à “convicção de que a migração é preferível à não migração” (Carling e Schewel, 2018: 946). Além disso, as aspirações traduzem-se num conjunto de intenções e objetivos que um potencial migrante espera alcançar. No quadro da decisão, considera-se a dicotomia entre aspirações instrumentais e intrínsecas (de Haas, 2021: 18-19). Às primeiras, predominantes no discurso dos entrevistados, corresponde uma definição utilitária da migração:

Salário bom, melhor que [em Timor-Leste]. Ajudar família, mais importante. É importante ajudar família, é importante que família viva bem. É importante que toda a gente saiba que a família vive bem. (T4, 27 anos, homem, natural de Aileu)

Vim para ajudar a família. Trabalhar para ajudar a família. Ganhar dinheiro, trabalhar muito, trabalhar tudo o que pode. Tudo para enviar dinheiro para a família. Isso é tudo. É tudo. Tudo. (T3, 25 anos, homem, natural de Díli)

---

<sup>8</sup> Deve notar-se que as entrevistas foram realizadas em Portugal (ou seja, depois de operada a migração). Carling e Schewel (2018: 252) afirmam que “o ambiente não afeta apenas o nível das aspirações migratórias, mas também o seu significado inerente, (...) [dado que] as respostas às perguntas da pesquisa refletem a interação entre a formulação da pergunta e os significados específicos do contexto”. Daí que, em rigor, as aspirações formuladas pelos migrantes timorenses possam corresponder, pelo menos parcialmente, a reconstruções narrativas sobre a aspiração no momento da decisão.



Esta redução à dimensão utilitária (“isso é tudo”) concebe a migração como um meio para atingir uma determinada finalidade. A finalidade pode ser diretamente associada, como no primeiro discurso acima citado, a um objetivo de incremento do rendimento — não apenas do próprio, mas da família. Porém, mesmo nos casos em que o rendimento assume predominância no discurso, surgem associadas dimensões que extravasam a conceção estritamente económica: quando se afirma ser “importante que toda a gente saiba que a família vive bem”, estamos perante uma evidente associação entre o incremento salarial (no destino) e a perceção que este cria sobre o bem-estar da família (na origem). O salário, além de permitir um incremento das condições económicas dos próprios e das famílias, é encarado pelos migrantes como um fator de prestígio e de estatuto social (Piore, 1979).

A valorização do salário, nesta dupla vertente, tem implícito um outro elemento: a conceção da migração como instrumento para a melhoria das condições económicas pressupõe a ponderação das vantagens e da *utilidade* da migração e, através desta, a identificação de uma assimetria entre origem e destino<sup>9</sup>. Quando se afirma ter, no momento da decisão, a perceção de que os “salários em Portugal são muito mais altos do que em Timor-Leste” (expressão repetida, de várias formas, pela generalidade dos entrevistados), assume-se a existência de um desequilíbrio estrutural, na riqueza ou nos níveis remuneratórios, entre origem e destino. Alguns autores identificam esta assimetria como principal fator explicativo das migrações europeias no pós-Guerra, as quais foram “esmagadoramente condicionadas por factores económicos, [sendo que] os migrantes vinham à procura de emprego, deslocando-se dos países com economias mais fracas para os de economias mais fortes” (King, 1994: 212).

Esta assimetria encontra tradução nos indicadores económicos e sociais: o salário mínimo timorense é de apenas \$115 (cerca de seis vezes inferior ao português); e, em Timor-Leste, 49% das crianças vive abaixo da linha de pobreza, fixada em \$46,37/mês (UNICEF, 2019). Porém, a motivação económica revela-se, por si só, insuficiente para explicar a multiplicidade de elementos definidores das aspirações migratórias. Desde logo, porque, mesmo no quadro das aspirações instrumentais, verificam-se outras dimensões que, sobretudo quando projetadas na expectativa de futuro reagrupamento familiar, dizem respeito à segurança ou à educação dos filhos. É disso exemplo o seguinte excerto:

Bater e bater, não tem respeito. Tem violência. Muito. Por causa que (...) em Timor não tem trabalho para os jovens, não tem estudos para os jovens, então na cabeça dos jovens sempre tem bater e sempre tem violência. (...) É mais seguro em Portugal... Eu já vim há sete meses, mas ainda não vi [esse] problema. Por isso eu queria que os meus filhos [viesses]. (...) Portugal em Timor, Timor em Portugal. Sim, eu acho que queria trazer eles para aqui. Porque tem que estudar em Portugal. Têm de ir para a frente, não podem andar para trás. Só isso. (T8, 31 anos, mulher, natural de Díli)

---

<sup>9</sup> No caso específico deste fluxo, poder-se-ia falar de uma assimetria centro-periferia, na qual a emergência dos fluxos de mão-de-obra presentes refletem a expansão prévia de um Estado-nação mais poderoso para uma área periférica emissora (Portes, 1999: 24).

Dever-se-á notar que, se a percepção da assimetria entre origem e destino é importante para a constituição de aspirações e para o conseqüente impulso migratório, esta contribui, igualmente, para a construção de uma obrigação (normativa) na idealização do retorno ao país de origem. De facto, ao retorno surge frequentemente associada uma ideia de retribuição, que se materializa na intenção de “devolver” a experiência apreendida ao longo do percurso migratório:

Enquanto cidadão de Timor-Leste, eu tenho uma obrigação: quando voltar a Timor-Leste, eu posso fazer um negócio pequeno. E, depois, quem não tem trabalho pode trabalhar comigo. Pelo menos ajudamos o Governo para que o desemprego de Timor-Leste não seja tão grande. (...) Para mim, depois de acumular o dinheiro, quando chega a 50 mil ou 100 mil, queria voltar. E abrir um negócio privado. Não sei como se diz em português, mas eu vou comprar as partes, os materiais, de autocarros e motas e depois para vender em Timor-Leste. Ou pode fazer outro negócio, como vender gasolina. (T12, 45 anos, homem, natural de Lospalos)

Eu quero ficar aqui, aprender língua. Ficar aqui. Quero estudar, aprender língua. (...) Depois voltar [a] Timor-Leste. Eu gosto [de] trabalhar, gosto de cozinhar. Cozinha de Europa. Aprender coisas diferentes, viver outras coisas. Eu ficar na cozinha, de italiano e de chinês, e dizer: eu também quero fazer, quero ajudar. Se aprende, um dia, pode levar isso para Timor-Leste. Regressar e levar isso. Quero aprender para ter a experiência e poder aplicar na Nação. (T9, 23 anos, homem, natural de Díli)

Mesmo num quadro em que a dimensão utilitária se revela predominante no discurso dos migrantes, é possível encontrar expressões de aspirações que consideram o processo migratório, em si mesmo, como um fator de enriquecimento pessoal. A expectativa de aprendizagem — seja pela via formal (recorde-se o objetivo de educação dos descendentes anteriormente identificado) ou, sobretudo, informal (através da experiência adquirida no trajeto migratório) — é disso exemplo. Esta ideia, que se aproxima da noção de aspirações intrínsecas proposta por de Haas (2021: 18), enquadra-se numa representação do valor que os indivíduos atribuem à experiência migratória em si mesma. Desse ponto de vista, a migração não implica apenas uma transformação do local onde os migrantes *estão*, mas também transforma o que estes *são* (Carling e Schewel, 2018, 157), conectando profundamente as dimensões pessoal e social da migração. Correspondendo à redefinição da própria identidade dos migrantes, estas aspirações migratórias tenderão, deste modo, a conceber a mobilidade como um direito e uma experiência intrinsecamente valiosos.

Em suma, apesar de se registarem aspirações utilitárias e intrínsecas, as primeiras parecem prevalecer no discurso dos migrantes. Como explicar, então, esta assimetria? Ao responder, será útil voltar a situar esta vaga migratória no seu contexto. Duas ideias, que não são mutuamente exclusivas, parecem então constituir-se enquanto fatores explicativos.

Por um lado, estamos na presença de migrantes em situação de vulnerabilidade social, confrontados com um choque entre as aspirações migratórias e a realidade encontrada no destino. Essa realidade, como se verá adiante, resulta de contextos de precariedade e exploração laboral no trabalho agrícola (2.2) ou, perante situações de desemprego, de passagem à condição de sem-abrigo e acolhimento emergencial em centros temporários (2.3). De facto, se “a evolução das necessidades e estruturas sociais está intimamente ligada ao nascimento e realização de aspirações”, em situações de grande vulnerabilidade social “os comportamentos são regidos pela preocupação criada pela fome, assédio habitacional, medo do futuro da família, dificuldades profissionais ou tensões nas relações sociais” (Lauwe, 1964: 183). A alteração na hierarquia de necessidades, por força da precariedade experimentada em cada momento, transforma necessariamente tanto “o nível como a natureza” das aspirações.

Por outro lado, encontrando-se ainda na fase preliminar do processo migratório, “é mais provável que os imigrantes privilegiem estratégias de poupança e remessa para o país de origem, definindo o seu trabalho como fonte de rendimento e não como fonte de estatuto” (Pereira et al., 2021: 7). Esta tendência para a maximização dos objetivos económicos na fase inicial do processo leva a que a “migração seja encarada como um meio para obter o rendimento que pode retornar à comunidade de origem para melhorar o seu papel dentro dessa estrutura social (...), [sendo] o migrante inicialmente um homem económico, provavelmente a coisa mais parecida na vida real com o *homo economicus* da teoria económica” (Piore, 1987: 54).

Ao invés de considerar a migração como um evento singular e linear, é importante entendê-la como um trajeto que considera uma multiplicidade de potenciais destinos, caminhos e estágios ao longo dessa jornada (Carling e Schewel, 2018: 159). O tempo de permanência e o processo de integração na sociedade de destino, constituindo fatores de reconfiguração das aspirações iniciais, não contribuem apenas para a explicação da prevalência da dimensão instrumental das aspirações nesta primeira fase em que se encontram. De igual modo, são elementos explicativos da naturalização das condições de precariedade e exploração laboral experienciadas:

Em Portugal tem muitas dificuldades, mas tem de ser. Por causa da nossa vida, dos nossos filhos. Nós também temos família, como pai, mãe e irmãos. (...) Por isso, eu estou contente aqui. (T8, 31 anos, mulher, natural de Díli)

A migração é, portanto, impulsionada, cumulativamente, por aspirações de mobilidade social, de incremento de rendimento (e pela expectativa de que a isso corresponda um incremento do prestígio e estatuto social da família) ou, simplesmente, pela experiência intrínseca do próprio percurso migratório. Contudo, se estas aspirações ajudam a compreender a decisão de migrar, não explicam a decisão de migrar especificamente para Portugal. Além da rutura de um trajeto migratório existente, apontam-se três outros fatores explicativos desta decisão.

O primeiro prende-se com a relação histórica entre Portugal e Timor-Leste. Ao propor a formulação de *Leis da Migração*, Ravenstein (1889: 276-277) revela a opção pelo primado da dimensão económica. Na verdade, esta lógica, ao apresentar a migração como produto de uma opção estritamente económica e racional, “ignora os constrangimentos que rodeiam a escolha dos atores, bem como os constrangimentos de ordem estrutural, de que são exemplo a história colonial e outras formas de dominação” (Peterson, 1968: 271). Ora, se esta dimensão contribui, evidentemente, para a explicação do impulso migratório, constituindo mesmo um fator preponderante no discurso dos migrantes, a lógica de atração-repulsão revela-se incapaz de explicar a opção por Portugal — o salário mínimo australiano, por exemplo, é cerca de três vezes superior ao português. Retomando a ideia de que a migração tende a ocorrer do mais conhecido para o menos desconhecido (Pires, 2003), a referência aos laços históricos, ainda que tenda a minimizar a dominação colonial para realçar a cooperação no processo de independência, é visível no discurso dos migrantes:

Fala, a família fala, de outro tempo, em que os portugueses[es] ajudaram os timorenses. Os portugueses ajudaram os timorenses na guerra, na guerra de Timor com a Indonésia. Não, na guerra da Indonésia contra Timor. E os portugueses ajudaram os timorenses. Depois os portugueses voltaram para Portugal e agora os timorenses vêm para Portugal também. Então, os timorenses vêm aqui trabalhar para ajudar. Porque são irmãos. (T1, homem, 24 anos, natural de Aileu)

O segundo fator, sendo uma decorrência do primeiro, diz respeito à dimensão legal: como referido, resultado da relação colonial, os timorenses nascidos antes da independência de Timor-Leste, em 2002, têm direito à nacionalidade portuguesa, estabelecendo-se ainda que os descendentes até à segunda geração têm igualmente direito a esta nacionalidade. A migração para Portugal surge ancorada na expectativa de facilitação da obtenção da nacionalidade (2.2). O tempo dirá se, depois de concluído esse processo moroso, rotas migratórias para outros destinos europeus se constituem a partir desta migração inicial para Portugal.

O terceiro fator é institucional. A iniciação de um fluxo migratório pressupõe a existência de um potencial de migração, necessariamente ponderado pela perceção dos riscos inerentes. Acontece que a perceção desses riscos foi fortemente atenuada pela intervenção institucional do Presidente da República português, em maio de 2022, na Universidade Nacional Timor Lorosae<sup>10</sup>. Esta intervenção pública, cuja relevância para o impulso migratório é demonstrativa da importância dos *acontecimentos* na geração de

---

<sup>10</sup> Perante uma plateia de estudantes timorenses, o Presidente da República português afirmou: «Façam por ter melhores contactos e irem mais a Portugal. Se for precisa uma ajudinha... Mas não vão todos ao mesmo tempo, se não o Ministro das Finanças protesta imediatamente. Mas vão assim por fatias, vão indo por fatias. (...) Nós vimos de um país que tem uma juventude muito forte e muito boa, mas tem uma idade média próxima da minha: uns velhinhos apreciáveis. No vosso caso, é juventude. São portadores de futuro.» (Presidência da República Portuguesa, 2022)

novos processos com efeitos em larga escala, tem expressão no discurso de diversos entrevistados. É disso exemplo o excerto seguinte:

Pessoalmente, para mim, quando ainda estava em Timor-Leste... O Presidente da República de Portugal participou no Dia da Independência de Timor-Leste. Então, os presidentes de Portugal e de Timor-Leste fizeram um acordo bilateral. Não através do papel, mas oral. O Presidente da República [português] fez uma palestra em frente aos estudantes da Universidade Nacional de Timor-Leste. E depois ele disse que, porque o desemprego em Timor-Leste é muito alto, então a Nação de Portugal ainda fica ao lado com a Nação de Timor-Leste. Como resolvemos esse problema? Então, disse que toda a gente que não tem trabalho pode ir a Portugal e trabalhar em Portugal. (T12, homem, 45 anos, natural de Lospalos)

Esta palestra, não tendo tido grande reprodução em Portugal, foi amplamente difundida em Timor-Leste. Assistiu-se a uma multiplicação de *spots* publicitários, apresentando Portugal como destino que reúne duas características: uma fácil integração social por via dos laços históricos entre os dois países; e uma fácil integração laboral, ancorada na “garantia” do Presidente da República português. A circulação desta informação é precisamente o que permite a criação de uma *imagem* idealizada sobre o país de destino (e, em limite, o conhecimento do próprio destino por parte de potenciais migrantes). As próprias agências de recrutamento (organizações que são parte constitutiva das redes de migração, vd. 3.1) produzem e difundem esta informação, numa lógica em que “os recrutadores de mão-de-obra apoiados pelo Estado ou privados ajudam a iniciar fluxos migratórios, divulgando informações (muitas vezes limitadas) sobre o país de destino e oferecendo empregos, alojamento e apoio a potenciais migrantes” (Goldin et al., 2011: 105-106).

A produção dessa imagem constitui-se como “o ponto de encontro entre os elementos do meio captados através da percepção, os modelos propostos ou impostos pela sociedade e a vida íntima do sujeito” (Lauwe, 1964: 186). Os três elementos identificados por Chombart de Lauwe na constituição das *imagens*, potenciadoras das aspirações e do impulso migratório, estão presentes na decisão destes migrantes: os “elementos captados do meio através da percepção” correspondem à realidade conhecida do contexto de origem; os “modelos propostos ou impostos pela sociedade” correspondem aos elementos comunicacionais apresentados pelo discurso institucional e pelos *spots* que a partir deste são construídos; e a “vida íntima do sujeito” é o campo sobre o qual, na fronteira entre o pessoal e o social, a expectativa de transição se estabelece.

Se a imagem se assume enquanto força ativa, torna-se numa *imagem-guia* que impulsiona o comportamento (Lauwe, 1964; 1976). Neste caso, impulsiona o processo decisional e a opção pela mobilidade em detrimento da imobilidade. É neste quadro que se estabelece, recorrendo a noção proposta por de Haas (2020; 2021), a percepção das oportunidades geográficas. Estas resultam de uma rutura (na rota migratória existente), da percepção de oportunidades (o emprego, a integração ou aquisição da nacionalidade) e de discursos e imagens social e institucionalmente produzidos.

## 2.2 A dívida: empréstimos, juros e a migração como investimento da família

Para que um potencial migrante exerça a migração, não basta que este possua um conjunto de motivações. Uma vez que “as aspirações migratórias podem ou não resultar em mobilidade real” (Carling e Schewel, 2018: 947), é igualmente necessário que estejam reunidas as condições sociais que permitem “traduzir essa intenção em ação consequente” (Pires, 2003: 78). Ou seja, é necessário que o potencial migrante adquira capacidade para migrar. Entre a intenção de migrar e a concretização dessa intenção, a ação dos potenciais migrantes é constrangida por um conjunto de obstáculos.

No recente fluxo para Portugal, ao contrário do que se verifica noutros contextos geográficos, as barreiras legais à entrada, impostas por políticas restritivas de imigração, não adquirem particular preponderância. Isto porque, como anteriormente referido (2.1), os cidadãos timorenses gozam de um enquadramento particular: podendo entrar sem restrições e permanecer por 90 dias em território português, as maiores dificuldades identificadas pelos migrantes entrevistados dizem respeito à complexidade e morosidade do processo de aquisição da nacionalidade, do número de identificação fiscal ou, simplesmente, da abertura de uma conta bancária. A fragilização da sua posição legal (visível, por exemplo, na integração laboral) não decorre da entrada, mas das condições da permanência em território nacional. Cria-se, assim, uma “substituição da imigração regular desde a origem por uma regularização diferida no destino”, que “agrava negativamente as condições de integração nos planos laboral e habitacional” (Ortiz et al., 2023: 55). Ilustrativo dessa realidade, no trabalho de campo foram recolhidos relatos de intermediários que, iniciando o processo de regularização, se negam a dar acesso às credenciais que permitem o acompanhamento desse processo pelos migrantes. Tal como a retenção de passaportes, denunciada no quadro de outras vagas migratórias, o esquema tem o objetivo de constranger a saída dos migrantes das situações de exploração laboral em que se encontram.

Num processo que implica uma transição espacial (1.1), a distância é, necessariamente, um dos obstáculos. Ainda que não seja o obstáculo mais relevante no processo migratório, mesmo sendo uma condição omnipresente (Lee, 1966: 51), do fator *distância* advém outro obstáculo: o custo económico da deslocação. O excerto abaixo, retirado de uma minuta oficial entregue na Embaixada Portuguesa em Díli a um dos entrevistados (destaque a negrito na versão original; Anexo 7), é disso exemplo:

“No dia 23 de Fevereiro de 2018, compareceu na Secção Consular da Embaixada de Portugal em Díli, Timor-Leste, o utente [T4] (paróquia de São Pedro e São Paulo - AILEU), a fim de dar entrada ao pedido de aquisição da nacionalidade portuguesa. No sentido de se proceder à verificação da autenticidade dos referidos documentos, o utente pagou o emolumento de \$114,35 USD, ao câmbio atual (...). **Não garantimos que o processo seja célere, atendendo ao número muito elevado de verificação, pelo o utente deverá ser aguardado o tempo que for necessário.**”

Esta minuta permite enquadrar temporalmente a migração, a três níveis. Primeiro, o pedido de nacionalidade portuguesa foi efetuado no início de 2018. Tendo a migração ocorrido quatro anos depois, em 2022, é evidente que se trata de uma decisão refletida, planeada e preparada ao longo de vários anos. Segundo, a morosidade na obtenção da nacionalidade pode conduzir à redefinição dos objetivos inicialmente traçados para a migração: este pedido tinha como objetivo original a obtenção da nacionalidade portuguesa com vista à migração, dentro do espaço comunitário, para o Reino Unido; porém, com a alteração da política migratória entretanto ocorrida naquele país, Portugal acabou por configurar-se como o destino possível. Terceiro, os custos económicos da migração precedem a própria deslocação espacial: na generalidade dos casos identificados, procurando obter a nacionalidade portuguesa, este processo é iniciado ainda em Timor-Leste. Acresce que a migração para Portugal é, nalguns casos, concebida como um passo necessário para desbloquear a aquisição da nacionalidade, mesmo quando este não é o destino pretendido para a migração. A obtenção de documentação com vista à migração constitui-se, assim, como um impulso da própria migração:

Eu não consegui tratar dos documentos em Timor. Então, se eu entra na Inglaterra, ele [os serviços de imigração] diz: “tu vem, mas depois tem de voltar.” (...) Depois eu vem para Portugal, tratar documentos. Diz que pode tratar em Marquês de Pombal, dos documentos. Mais rápido que em Timor. Por isso, eu vim. (T9, homem, 23 anos, originário de Díli)

A maior parte tem direito à nacionalidade portuguesa e, então, quando chegam a Lisboa, encaram a entrada em Portugal como possibilidade de dar continuidade ao processo de cidadania. Então, eles querem se manter em Lisboa, por ser uma região central, um lugar onde podem acompanhar mais de perto o processo de nacionalidade. Muitos deles vão diariamente lá [aos serviços centrais], para ver como está o processo. (E2, mulher, técnica num centro de acolhimento)

Se o valor a pagar pelo início do processo legal é muito elevado quando colocado no contexto dos rendimentos em Timor-Leste, sendo equivalente a um salário mínimo nacional, este é apenas uma ínfima parte do custo económico da migração. Freedman (2018) identifica o custo da deslocação para o Reino Unido em torno dos 3 000 dólares. Na migração para Portugal, com algumas variações que podem depender do momento em que a migração se realiza e dos recursos institucionais acionados pelos migrantes, os custos podem ser significativamente superiores. A disparidade entre o rendimento disponível e o custo da migração é evidente: se a deslocação custar 3 500 dólares, o que está longe de ser o valor mais alto registado, trata-se de um valor 30 vezes superior ao salário mínimo timorense. A capacidade (económica) para migrar é, então, adquirida mediante o recurso a empréstimos, aos quais se associam juros elevados. Os gráficos seguintes sintetizam a informação recolhida sobre o valor pago pela deslocação e os respetivos juros:

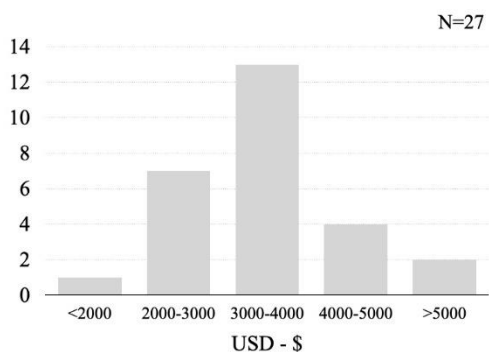


Gráfico 2. Dívidas dos empréstimos contraídos para suportar os custos da migração [produção própria]

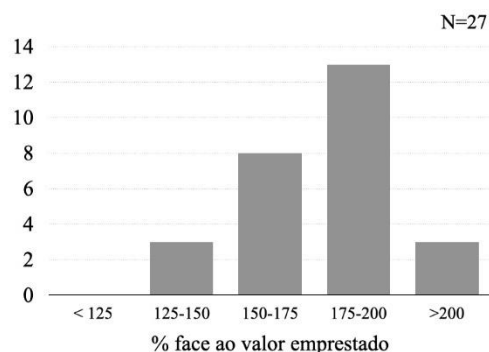


Gráfico 3. Juros dos empréstimos contraídos para suportar os custos da migração [produção própria]

Não raras vezes, quando questionados sobre a origem do dinheiro emprestado, os migrantes entrevistados começaram por referir “um amigo” ou “um familiar”. Com o tempo, no decorrer das entrevistas ou noutros contextos de interação, essa informação foi sendo gradualmente desocultada: nalguns casos, “o amigo” passa a assumir a forma de intermediário entre a agência de recrutamento e a instituição de crédito (formal ou não); noutros casos, “o familiar” não é a fonte do financiamento, mas antes o elemento que negocia com as entidades de crédito as condições do empréstimo:

Pedi ao meu pai. Eu falei assim para o meu pai: “se eu fico aqui, os meus filhos não vai... eles não têm vida melhor.” Por causa que outros filhos tem pai para pagar os estudos, para pagar alguma coisa para eles todos. Mas eu não. Pedi ao meu pai e à minha mãe, não vou pedir a outra pessoa. (...) O meu pai procurou empréstimo num banco e dá garantia de terreno. Se nós não pagamos, eles tiram terreno ao meu pai. (T8, 31 anos, mulher, natural de Díli)

Frequentemente, a conceção do empréstimo implica, como garantia do posterior pagamento, a hipoteca de bens pessoais ou familiares. Esta realidade revela, além da disparidade entre rendimento disponível e custos iniciais da migração, dois outros elementos. Primeiro, a seletividade económica e social do fluxo: como noutras vagas, a migração não é tendencialmente exercida pelas pessoas mais pobres das regiões mais pobres<sup>11</sup>. Este facto, que contrapõe os alicerces teóricos da lógica de atração-repulsão, tem tradução nos recursos que permitem o próprio empréstimo: a hipoteca de um terreno agrícola pressupõe, pois, a propriedade sobre esse terreno. A aquisição de recursos para migrar (por via do empréstimo) depende, assim, da preexistência de recursos que tornem o empréstimo possível. Segundo, a migração constitui uma forma de ação individual, em que a decisão é partilhada e condicionada (positiva ou negativamente) pela família. Esta dimensão conduz, aliás, a múltiplas ações

<sup>11</sup> Uma das técnicas entrevistadas (E2) afirmou: “Em quase 90 pessoas, há três que eu sei que não terminaram o secundário. Há uns quatro que estão aqui que têm ensino superior completo. (...) Os que vieram são os que tinham o mínimo de condições. Quem realmente não tem nada não vem.”



de múltiplos agentes: mesmo quando apenas um elemento da família migra, como no discurso acima citado, outros elementos agem para, por exemplo, adquirir o empréstimo. Sendo a migração entendida como um investimento da família, incluindo dos elementos que não migram, comporta riscos significativos — desde logo, como em qualquer empréstimo hipotecário, a possibilidade de perder os bens hipotecados. Também por isso, na fase inicial do processo migratório em que se encontram, será central no discurso dos migrantes a expectativa de retorno económico à origem. Os empréstimos constituem, assim, um instrumento de incremento da capacidade migratória. Porém, por força dos elevados juros e da obrigação de restituição do valor, constituem simultaneamente um instrumento de pressão sobre o migrante, moldando a experiência migratória e influenciando a expectativa de retorno:

Quero voltar a Timor, porque [tenho] saudades muitas da família. Poucos meses, mas muitas saudades. Mas agora também falei com a minha família e eu disse: primeiro eu tenho trabalho, depois pago o dinheiro do empréstimo e volto. E também quero voltar para Timor, depois que tenho mais pensamento, mais experiência. (T7, 29 anos, homem, natural de Lospalos)

Mandar para Timor... Mais ou menos... Um mês, mais ou menos, 400 euros ou 500 euros [de um total de 700/800 euros de salário]. É pouco. Porque é preciso comer, beber, poupar para os documentos. (...) Sim, quase tudo. Quase tudo. Família talvez uns 100, às vezes, uns 200. O resto é [para] pagar para o empréstimo. (T1, 24 anos, homem, natural de Aileu)

Sobre os elementos da família que migram recai, como é visível nos discursos acima citados, a responsabilidade de cumprir os objetivos traçados no investimento familiar. Neste quadro, tal como verificado na intenção de “devolver” a experiência apreendida ao longo do percurso migratório (2.1), esta responsabilidade materializa-se na incorporação de uma obrigação: os migrantes são responsáveis pelo seu sucesso no destino; mas também pela segurança, bem-estar e reputação da família na origem.

É certo que a generalidade dos migrantes entrevistados afirmou ter revelado à família as difíceis condições de integração, como a precariedade laboral ou a permanência num centro de acolhimento. Porém, duas notas devem ser feitas sobre esta afirmação generalizada. Primeiro, estes relatos foram efetuados num contexto em que as dificuldades tendem a ser naturalizadas como condição necessária da experiência migratória (2.1): não é apenas relevante a informação transmitida à família, mas também a forma como essa informação é transmitida. Segundo, se a regra comporta a exceção, o caso de um migrante a viver em Baleizão é paradigmático: depois de uma tentativa frustrada de migração para o Reino Unido, este migrante mostrou publicar diariamente, nas redes sociais, fotografias tiradas naquele país, para que a família acreditasse que a migração tinha sido bem sucedida. A consequência é, como identificado por Helweg (1987: 174) na migração indiana para os Estados Unidos, a criação no país de origem de uma “perceção irreal da vida no exterior e do que se fazer para aproveitar a opulência relatada”. Se esta estratégia de ocultação é demonstrativa da pressão socialmente imposta aos migrantes no percurso migratório, acaba por ser, ela própria, intensificadora da emigração.

## **Integração: redes, trabalho e percursos**

Este terceiro capítulo centra-se na integração dos migrantes. Primeiro, identificam-se as redes sociais, concebidas como sistemas de aquisição de recursos e constrangimento de interesses, como elemento central da interconexão entre origem e destino (3.1). De seguida, aponta-se o trabalho agrícola como destino preferencial do fluxo, problematizando a noção de nichos ocupacionais. Por fim, apontam-se dois comportamentos-padrão adotados perante situações de rutura: a permanência em contexto rural, levando à formação de *praças de jorna digitais* por força das necessidades flutuantes da produção (3.2); e a constituição de uma nova migração, com destino à cidade, conduzindo a situações de vulnerabilidade e acolhimento emergencial (3.3).

### **3.1 As redes: da integração por agências formais à construção de redes emigrantes**

Da conceção funcionalista de que as sociedades podem ser estudadas como “organismo vivo” às considerações do marxismo sobre o “motor” da História, a metaforização da realidade social acompanha as ciências sociais desde a sua origem. Mais recentemente, a noção de *rede* afirmou-se como uma metáfora hegemónica para descrever as interconexões entre pessoas ou organizações, a estruturação das relações sociais e económicas, a forma como se intensificam fluxos de informação ou a própria organização social. No discurso público sobre o recente fluxo de timorenses, mediatizado e amplamente difundido, a ideia de *rede* constitui-se como metáfora explicativa de múltiplos elementos: é utilizada para classificar a forma como as agências atuam na promoção da emigração (“redes de auxílio à imigração ilegal”), mas também o modo como essas estruturas operam a deslocação física (“rede de venda de bilhetes ilegais”) ou o instrumento através do qual é disponibilizada informação que impulsiona a decisão (“redes de contacto” ou “redes sociais”).

Alejandro Portes (1999: 12-13) concebe as redes sociais, no quadro das migrações, enquanto “conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligados por laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos”, os quais constituem “meios de aquisição de recursos escassos, como o capital e a informação, (...) e, simultaneamente, impõem constrangimentos eficientes à prossecução ilimitada dos interesses pessoais”. Esta noção é eminentemente relacional: depende da existência de contactos e da constituição de laços, mas também do estabelecimento de vínculos, conectando indivíduos em sistemas relacionais mais amplos (Scott, 2000: 2).

Uma parte do contributo das redes sociais para o impulso migratório e definição de aspirações, sobretudo no que diz respeito às redes familiares e à maximização dos elementos positivos nos mecanismos de *feedback* (Helweg, 1987), já foi anteriormente abordado (2.2). Neste ponto, a análise

centra-se em duas dimensões do papel das organizações e das redes sociais, focando particularmente o processo de integração dos migrantes na sociedade de chegada: o papel dos intermediários (formais) e, perante situações de rutura, a construção de novas redes, a partir dos contactos, presenciais ou virtuais, estabelecidos entre migrantes timorenses. Assumindo a ideia de que as redes sociais constituem simultaneamente sistemas de aquisição de recursos e de constrangimento de interesses, encaramos aqui as redes sociais como um instrumento simultaneamente teórico e metodológico. Ou seja, entendemos a *rede* como uma forma de observar as dinâmicas sociais e as relações que influenciam dois processos sociais interconectados: a organização da migração no contexto de partida e a integração dos migrantes no contexto de chegada.

Quando eu ainda estava no meu país, todas as documentações da viagem [foram] da responsabilidade da agência New Generation. É uma agência local. Foi aquela agência que nos facilitou para vir cá. (...) Através de uma agência privada. E prometeram emprego, mas depois de um tempo deixou de haver. (T12, homem de 45 anos, natural de Lospalos)

De todas as agências a operar neste fluxo migratório, a New Generation<sup>12</sup> é, seguramente, a mais presente no discurso dos migrantes entrevistados nos vários contextos geográficos. Nos relatos recolhidos, foi possível identificar três dimensões de intervenção das agências de recrutamento: uma dimensão legal, com a preparação da documentação para a viagem e a promessa (não raras vezes incumprida) de apoio aos migrantes na aquisição da nacionalidade portuguesa; uma dimensão económica, mobilizada apenas em alguns casos, que se materializa na intermediação do acesso a empréstimos no país de origem; e um nível laboral, com a promessa de acesso ao emprego no país de destino. Esta última dimensão, que constitui o principal elemento de interconexão (em rede) entre origem e destino, é visível no seguinte excerto:

Da agência [de recrutamento] deram o contacto para ligar em Portugal. Disseram que patrão ia arranjar trabalho. [Disseram] para não preocupar, que era bom patrão, que era bom trabalho, que tinha casa. (...) Cheguei em Lisboa e estava à espera no aeroporto [o] patrão. Vim para Alentejo. (T4, 27 anos, homem, natural de Aileu)

A perceção da existência desta rede é determinante para impulsionar a decisão de migrar: a interconexão entre partida e destino tende a ser encarada pelos migrantes como elemento de segurança,

---

<sup>12</sup> Já no decorrer da elaboração desta dissertação, em Outubro de 2022, foi detido, mediante mandado de captura emitido pelo Tribunal Distrital de Díli, o diretor da Agência New Generation. A detenção, efetuada no âmbito de um processo mais amplo (ainda em curso), terá como fundamento as suspeitas de tráfico humano na migração entre Timor-Leste e Portugal. Além disso, o SEF (2023: 35), no seu mais recente relatório anual, assinala que “pela primeira vez foram sinalizadas vítimas de nacionalidade timorense, bem como foram referenciados suspeitos desta nacionalidade no processo de tráfico dessas potenciais vítimas”.

que reduz (ainda que, muitas vezes, de forma ilusória) os riscos do desconhecido. Paralelamente, o “patrão” referido no excerto acima constitui uma figura central para a dinâmica de integração: não se trata do proprietário da produção (geralmente omissa do discurso ou, quando existente, muitas vezes identificado como “senhor”), mas do intermediário responsável pela gestão da mão-de-obra. A figura seguinte constitui, a título ilustrativo, uma representação visual das relações entre migrantes, intermediários e o proprietário de uma exploração agrícola no Alentejo. Trata-se de uma rede egocentrada, desenhada a partir de um método *snowball*, ou seja, na qual se partiu de um ponto específico (migrante) para, a partir daí, elaborar uma representação das suas relações em rede, das dinâmicas de interdependência e de organização social<sup>13</sup>.

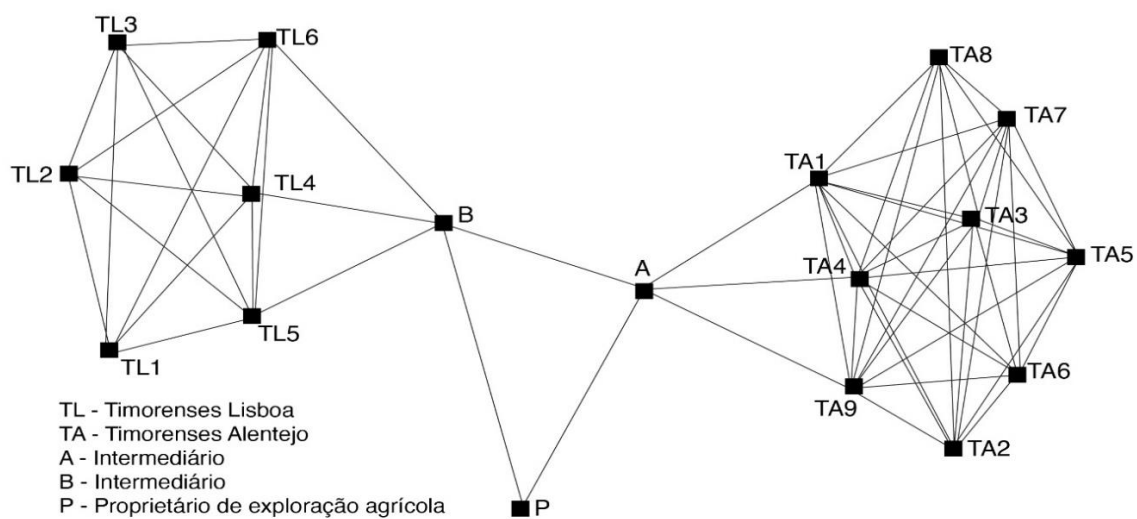


Figura 2. Rede de relações entre migrantes, intermediários e proprietário agrícola [produção própria]

A primeira conclusão que se retira é a de que, no interior de cada grupo de migrantes, existe uma significativa densidade de relações. Sendo a rede constituída a partir da existência de trocas comunicacionais (os laços) entre indivíduos (os nós), as relações dentro dos dois grupos de timorenses são caracterizadas pela existência de intensos fluxos comunicacionais. O contexto em que decorrem as interações explica a densidade: o primeiro grupo (representado à direita) é constituído por migrantes que partilham a mesma produção agrícola como espaço laboral e a mesma habitação sobrelotada como espaço doméstico. No caso do segundo grupo (representado à esquerda), trata-se de um conjunto de migrantes que coabitam no mesmo centro de acolhimento em Lisboa. Ou seja, em ambos os grupos é

<sup>13</sup> À semelhança do procedimento adotado nas entrevistas semiestruturadas, os indivíduos foram anonimizados. Optou-se por não perguntar a cada indivíduo se “conhecia” os restantes indivíduos, por duas razões: entendeu-se que a capacidade de identificar uma pessoa não traduz necessariamente a existência de uma relação social complexa; e que a vontade de mostrar “boas relações” poderia levar ao enviesamento dos dados. Ao invés, perguntou-se a cada indivíduo com quem tinha mantido uma conversa individualizada ao longo do último ano.

evidente a diluição da fronteira entre a esfera laboral e a esfera doméstica. Esta sobreposição das esferas doméstica e laboral tem duas consequências evidentes: o reforço da dimensão instrumental das aspirações (2.1), uma vez que se trata de migrantes que tendem a estar juntos nos vários momentos da sua vida quotidiana; e, como adiante se sustentará (3.3), o reforço da pertença identitária e dos processos de etnicização. Não é por isso estranho que, com raras exceções, dentro de cada grupo todos os indivíduos afirmem ter mantido conversas entre si.

A segunda conclusão, porventura a mais relevante, diz respeito à centralidade dos pontos A e B. Estes correspondem, respetivamente, a um imigrante nepalês e a um imigrante indiano. Ambos chegaram a Portugal em anteriores vagas migratórias e são, agora, responsáveis pela organização e operacionalização da integração dos novos migrantes. O seu papel na rede pode ser interpretado a dois níveis. Primeiro, não tendo os grupos de migrantes timorenses ligação direta entre si, os pontos A e B são a demonstração da existência da própria rede: estes não ligam apenas os dois grupos que vivem em diferentes contextos geográficos como têm ambos ligação ao proprietário da exploração agrícola. Segundo, estes intermediários são a única ligação entre os trabalhadores timorenses e o proprietário da exploração agrícola (com o qual os migrantes timorenses não interagiram diretamente). É nesta função de mediação que reside o seu poder na rede: são eles que filtram a informação, garantem acesso à habitação (muitas vezes em condições precárias e descontando o respetivo valor diretamente do salário dos trabalhadores; 2.2.) e, em momento de ajustamento da mão-de-obra por força das flutuações da produção, determinam o acesso ao emprego. A intervenção de organizações e intermediários introduz, assim, relações de poder na formação dos fluxos migratórios e posterior integração dos migrantes.

O facto de os intermediários serem provenientes de anteriores vagas migratórias demonstra, ainda, a inclusão do fluxo migratório de timorenses num processo mais amplo de migração com destino ao trabalho agrícola<sup>14</sup>. Mantendo com os migrantes timorenses uma relação de controlo e supervisão, dentro e fora do contexto laboral, o seu papel configura uma situação em que, aliás como verificado noutras relações laborais estabelecidas com trabalhadores autóctones, “a ausência física dos grandes patrões se transforma (...) numa presença simbólica que se expressa pela acção directa de outros indivíduos e grupos sociais” (Carmo, 2007: 44). Se a integração dos migrantes *que chegam* é parcialmente organizada pelos migrantes *que estão*, a inclusão dos *novos* migrantes na ordem interativa é feita num sistema já marcado pela diversidade de pertenças sociais e étnicas.

A centralidade dos intermediários não significa, porém, que estes sejam um elemento presente ao longo de todo o trajeto dos migrantes. A quebra de relações — motivada pelo incumprimento dos compromissos assumidos, pela exploração laboral ou por situações de escassez de trabalho decorrente da sazonalidade da produção) — conduz a situações de rutura:

---

<sup>14</sup> Uma das entrevistadas (E1, mulher, técnica num centro de acolhimento) afirma: “É horrível. Se fosse preciso, pagavam 100 euros para dormir num estábulo e recebiam 150. (...) Parece mesmo filme. Parece irreal, como é que alguém consegue fazer isso a uma pessoa. E o mais estranho é que são migrantes a aproveitar-se de migrantes.”

Muitos timorenses têm problema com patrão indiano [ou do] Paquistão. Agência entrega pessoas no patrão e patrão diz que paga, mas não paga. Então fica sem trabalho, sem dinheiro, sem casa. Trabalha[va] um mês, contrato era 700 ou 800, mas pagava 200 ou 300. Muitos timorenses enganados. (T9, 23 anos, homem, natural de Díli)

Mas vem até aqui e eles não vão pagar, eles não vão ver o que nós vamos ser. Não vão dar nada do que prometeram. Por isso, eu não [vim] com eles [a agência]. Não confio. (...) Nós pagamos eles e depois eles só pagaram o ticket que nós vem, até Portugal ou até aos sítios que eles determinaram. E depois fica assim: fica nós assim, não dá emprego, não dá alguma coisa para nós. Se ligarmos para eles, não atendem. Ninguém atende. Nada. (...) Não gosto de falar sobre isso. (T8, 31 anos, mulher, natural de Díli)

Os excertos acima citados revelam duas situações distintas. O primeiro migrante, em Portugal há mais de um ano, chegou por via de uma agência de recrutamento. Integrado no mercado laboral no contexto da campanha sazonal da azeitona, a quebra da relação com o intermediário (no discurso, projetada coletivamente) é justificada pelo incumprimento de um compromisso salarial. A segunda migrante, chegada a Portugal mais recentemente, sustenta a opção de não migrar com recurso a uma agência de recrutamento nos fluxos de informação que circulam, em rede, tanto em Timor-Leste como no centro de acolhimento em que se encontrava aquando da realização da entrevista.

A perceção do abandono por parte das organizações formais obriga, assim, à construção de novas redes sociais ou à remobilização de redes existentes. Quando questionados sobre como tiveram acesso ao emprego em Portugal, com exceção dos migrantes que diretamente foram integrados pelas agências formais, a maioria dos entrevistados afirmou ter sido através de um “amigo” ou de um “colega” timorense. Na verdade, o acionamento destas relações traduz-se, muitas vezes, no redirecionamento para intermediários formais. Daí que, como verificado noutras vagas migratórias, “mesmo quando as redes parecem formadas sobretudo por conhecidos, estas têm conexões com redes estruturadas de recrutamento” (Pereira et al., 2021: 3). O excerto abaixo é demonstrativo deste processo:

Meu colega (...) disse que conhecia outro patrão. Patrão português. E pagou. Pagou tudo. Pagava por mês, não era dia. Depois acabou trabalho. (T9, 23 anos, homem, natural de Díli)

Os recursos são, desta forma, mobilizados através de redes interpessoais: sejam estas criadas a partir de interações presenciais, com as redes que se formam entre migrantes que trabalham juntos na agricultura ou coabitam no mesmo centro de acolhimento; pelas redes familiares e de proximidade, muitas vezes com origem anterior à migração; ou redes virtuais, através de grupos de *WhatsApp* que reúnem centenas de migrantes e potenciais migrantes. Neste processo, o capital social dos migrantes, tido como “capacidade dos indivíduos para mobilizar recursos escassos em virtude da sua pertença a redes ou a estruturas sociais mais amplas” (Portes, 1999: 16), joga um papel central. Além disso, estas

redes étnicas são, muitas vezes, constituídas por elementos que partilham uma filiação comum: uma das pertenças grupais mais evidentes é a filiação em grupos de artes marciais, os quais proporcionam relações interpessoais, espaços de recreação e de expressão de uma identidade predominantemente masculina (Alves, 2022: 54). O seguinte excerto, proferido por um migrante que se encontrava há vários meses num centro de acolhimento, sintetiza a relação entre três dimensões: filiação política (partido *Os Verdes*), pertença grupal (grupo de artes marciais 77) e agências de recrutamento (*New Generation*):

Eles vieram cá com um grupo que se chama 77. (...) No meu país, é um núcleo (...) do partido Os Verdes timorenses. (...) Por causa disso, eles querem participar nas atividades do partido e, depois, facilita para chegar em Portugal, através da New Generation. (...) No meu país, 77 é um grupo que existe em toda a parte. E aquele grupo é um elemento do partido, que declarou que quer combater o desemprego através de mandar as pessoas para fora do país. (T12, 45 anos, homem, natural de Lospalos)

A articulação entre redes constituídas por organizações formais e redes predominantemente informais é, assim, identificada no cruzamento entre várias pertenças. Se é verdade que as redes sociais tendem a ser seletivas (Blau, 1977), essa seletividade não deve ser encarada, no caso dos migrantes timorenses, como estritamente social ou económica. Outras pertenças — grupais, culturais e identitárias — são decisivas na formação das redes migratórias. Uma entrevistada, adiante citada (3.3), dirá: “Se eu e você fosse 77, nós somos irmãos.” A identificação de uma relação entre “irmãos” remete para a existência de uma relação constituída em torno de laços fortes. Porém, com base na informação empírica recolhida, pode concluir-se que muitos dos migrantes pertencentes a um determinado grupo não se conheciam antes da migração e pouco se conhecem depois de migrar. As redes potenciadas por uma pertença comum constituem-se, na realidade, através de conjuntos de laços fracos (Granovetter, 1973). São estes laços fracos que permitem a mobilização de recursos escassos, como a informação sobre oportunidades laborais num dado contexto ou sobre a hipótese de posterior migração para o Reino Unido, estabelecendo o acesso às “oportunidades migratórias geograficamente percebidas” (de Haas, 2021).

### **3.2 O campo: trabalho agrícola, nichos ocupacionais e *jorna digital***

Existem, portanto, dois tipos de redes sociais a operar ao nível da integração laboral dos migrantes. As redes sociais constituídas através da ação de organizações formais, como agências de recrutamento na origem e intermediários em Portugal, impulsionam a migração para destinos que estão, frequentemente, predefinidos (“até Portugal ou até ao sítio que eles determinam”). As redes sociais informais, através do acionamento dos laços fracos entre migrantes conhecidos ou elementos com uma pertença grupal comum, permitem o acesso à informação e, através desta, mobilizam novos recursos laborais — que

não dispensam, na maioria dos casos identificados, o recurso a novos intermediários, conduzindo à interconexão entre os dois tipos de redes (3.1). Como resultado da atuação destes dois tipos de redes, são criados nichos ocupacionais, os quais resultam de “iniciativas tomadas por aqueles que já se encontram empregados para trazerem outros, da mesma origem nacional, a trabalhar com eles, e na sua transformação gradual de um local de trabalho numa *empresa étnica*, ainda que a propriedade formal esteja alhures” (Portes, 1999: 34).

Trabalhar [na apanha da] azeitona, pera, na poda das árvores. Trabalha para patrão, que dá trabalho em vários sítios. (...) Trabalhar antes [em Timor-Leste] na agricultura, nunca. Não, nunca. Estudei universidade, em Timor-Leste. Administração Pública (...). Agricultura nunca. Mas emprego em Portugal é assim. Se há muitos timorenses, então [pensava que era] bom. Mas trabalho muito difícil, dinheiro pouco e vida muito cara aqui. (T5, mulher, 25 anos, natural de Lospalos)

O principal nicho ocupacional constituído no fluxo migratório, sobretudo na sua fase inicial, é o trabalho na produção agroindustrial. A concentração dos primeiros migrantes timorenses nesta atividade (e num conjunto relativamente reduzido de localizações geográficas, sobretudo nas regiões do Alentejo ou do Ribatejo) é a expressão da seletividade do fluxo no destino, tanto ao nível geográfico como ocupacional. O excerto do discurso acima citado revela, simultaneamente, dois elementos: o papel da circulação da informação para a constituição deste nicho ocupacional (ou seja, a perceção de que existe um elevado número de timorenses no trabalho agrícola é entendida como oportunidade para um trabalho “bom”); e a posterior rutura entre as expetativas e a realidade experienciada.

A integração destes migrantes no trabalho agrícola não constitui uma novidade no contexto europeu. Pelo contrário, insere-se numa lógica verificada em vários países do Sul da Europa desde a década de 1980 (Kalantary et al., 2021). Na Grécia, país que apresenta maiores taxas de imigração do que Portugal, este processo é anterior: se os determinantes sociais são semelhantes ao caso português, com a escassez de mão-de-obra devido à emigração e “a crescente rejeição da geração mais jovem à vida rural” a impulsionar a criação de um “mercado informal de trabalho agrícola”, no início do século uma parte significativa do trabalho agrícola nas regiões rurais era já assegurado por trabalhadores migrantes (Kasimis, 2005). Em Espanha, sendo os “processos associados à obtenção de autorizações legais tão complicados que resultam no aumento das possibilidades de resvalar para a ilegalidade” (Hoggart e Mendonza, 1999: 554), também existia, na viragem do século, uma realidade marcada pelo trabalho rural migrante, com tradução na inferiorização do *status* social, no emprego de curta duração e em funções que raramente comportam possibilidades de mobilidade social (López-Sala e Basok, 2016; Rye e Scott, 2018; Hoggart e Mendoza, 1999).

Em Portugal, assistimos, a partir da viragem do século, a uma expressão tardia desse processo de transformação da produção agrícola. Com efeito, dois fatores contribuem para este processo recente: do



ponto de vista demográfico, o esvaziamento populacional e a conseqüente diminuição da população em idade ativa decorrentes de um processo mais amplo de mudança urbana e declínio rural (Knox, 1984; King, 1994; Weeks, 2007); do ponto de vista económico, a distribuição da propriedade entre explorações que apenas sofreram alterações esporádicas em que “a um grupo de latifundiários se sucedeu outro” (Cutileiro, 1977: 46) e “explorações de pequena dimensão com um carácter familiar que exigiam pouca mão-de-obra” (Carvalho, 2021: 88). É esta conjugação de fatores demográficos e económicos que impulsiona, nas últimas décadas, a criação de um novo modelo de agricultura no Alentejo, baseado na produção intensiva, dependente do investimento internacional e alicerçado no trabalho migrante precário. Assistiu-se, então, a duas grandes vagas migratórias com destino a esta região (Pereira et al., 2021: 6): uma primeira, menos expressiva e constituída principalmente por migrantes do Leste europeu; e uma segunda, constituída por sulasiáticos e, agora, timorenses. A precariedade destes migrantes, sobretudo nas mais recentes vagas, tem expressão, além da própria condição legal (1.4.), nas condições laborais e habitacionais.

Do ponto de vista habitacional, muitos migrantes entrevistados partilham casas sobrelotadas, com poucas condições de salubridade. No trabalho de campo, em várias localidades alentejanas, foi possível observar pequenas habitações em que coabitavam entre cerca de duas dezenas e quase uma centena de migrantes timorenses — sendo o pagamento mensal pela cama/colchão, por norma, superior a €100 (na maioria dos casos, conforme referido, descontados do salário). O facto de, frequentemente, estes migrantes trabalharem na mesma exploração agrícola e coabitarem na mesma habitação resulta, como se afirmou anteriormente (3.1), numa evidente diluição entre as esferas doméstica e laboral.

Na dimensão laboral, por sua vez, a criação dos nichos é facilitada pela segmentação do mercado de trabalho no destino. As três grandes características apontadas por Piore (1979: 26-27) na integração laboral de migrantes na sociedade industrial são aplicáveis à integração destas novas vagas para o trabalho agrícola: trata-se de 1) uma resposta à escassez de mão-de-obra, que 2) satisfaz as necessidades de preencher as posições mais baixas na hierarquia social e 3) atende às exigências do setor secundário (marcado pelos baixos salários, falta de perspectiva de mobilidade e insegurança laboral) de um mercado de trabalho dual. Da mesma forma, no que às diferenças de *status* na hierarquia do trabalho diz respeito, Russell King (1994: 228) identificou, na integração de migrantes na Europa Ocidental das décadas de 1970 e 1980, semelhante dicotomia entre o trabalho migrante e autóctone: “A segregação e marginalização dos trabalhadores convidados também reflecte, e influencia de forma marcante, o processo global da formação social (...), [uma vez que] os trabalhadores autóctones, ao concluírem que ocupam posições superiores porque já não lhes é exigido o desempenho de grande parte das tarefas menores, acabam por encontrar alguma justificação na organização social hierárquica que coloca os trabalhadores convidados no fundo da pirâmide.” Com as devidas adaptações ao tempo e ao contexto, o modelo de integração dos *novos* migrantes timorenses não difere substancialmente das características essenciais de modelos de integração laboral outrora experimentados.

Se a noção de nicho ocupacional, proposta por Alejandro Portes e explicitada no início deste ponto, é útil para explicar genericamente a concentração de migrantes timorenses numa atividade ocupacional específica, esta releva duas limitações na explicação deste fenómeno. Primeiro, a ideia de que corresponde a um conjunto de “iniciativas tomadas por quem já se encontra empregado” não considera o papel de agências formais — as quais, como se viu, assumem uma função determinante no encaminhamento inicial dos migrantes para o trabalho agrícola. Segundo, a ideia (quase determinista) de que a decorrência deste processo seria “a transformação gradual de um local de trabalho em *empresas étnicas*”, se aplicada à presente vaga de migrantes timorenses, desconsidera os efeitos da condição precária da integração laboral destes migrantes. Como consequência desta condição precária, os migrantes transitam frequentemente entre situações de emprego e desemprego. O excerto abaixo é um retrato de um percurso de precariedade experienciado por um migrante que, aquando da realização da entrevista, se encontrava em Portugal há pouco mais de um ano:

Na primeira vez, quando cheguei a Portugal, eu fui para Serpa. Eu fui lá e trabalhei na zona agrícola, somente quinze dias. Depois, como [o] trabalho acabou, saí da companhia agrícola e fui trabalhar na fábrica para produzir janelas e portas. (...) A fábrica era no Fundão. Depois, eu fui para (...) Figueira da Foz. Foram quase três semanas a trabalhar no circo, na instalação das tendas para o circo. Mas por causa do pagamento de salário, que não [era] bom, saí. Depois fui a Londres (...) e, como a imigração do aeroporto de Luton proibiu de entrar em Londres, então voltei para Portugal. Depois continuei o trabalho num hotel em Sesimbra, trabalhei lá quase seis meses. Depois, fui trabalhar na área da pesca, mas não cheg[ou] a um mês, porque a pesca é muito perigosa. Então vim para aqui, durmo com os meus colegas aqui [no centro de acolhimento] e trabalho a limpar os carros e os aviões da TAP no aeroporto. (T12, 45 anos, homem, natural de Lospalos)

Perante situações de rutura, que muitas vezes implicam a perda simultânea do trabalho e da habitação, a ação dos migrantes inicialmente integrados no trabalho agrícola pode ser enquadrada em dois comportamentos-padrão. O primeiro, exemplificado no discurso acima, é a deslocação para outra cidade ou região, à procura de novas oportunidades de emprego (3.3). O segundo, mais evidente na primeira fase do processo migratório, é a decisão de permanecer na região do Alentejo, aguardando a chegada de uma nova campanha agrícola. No segundo caso, ao longo do período que decorre entre o fim de uma campanha agrícola e o início de outra, o trabalho é esporádico e visa, somente, colmatar as necessidades flutuantes da produção:

Se há trabalho, patrão chama. Se não há trabalho, não chama. É assim. Um dia pode ganhar muito, noutra não ganha nada. Um dia acorda e tem mensagem no WhatsApp a dizer que tem trabalho, noutra olha telemóvel e não há nada. (T5, mulher, 25 anos, natural de Lospalos)

Em 1946, num contexto ainda distante das recentes vagas migratórias com destino ao trabalho agrícola, Soeiro Pereira Gomes descrevia a contratação de trabalhadores para a atividade agrícola paga ao dia: “A ‘praça de jorna’ é pois um mercado de mão-de-obra, a que vão assalariados e proprietários rurais (ou os seus delegados: os capatazes), e em que os primeiros, como vendedores, oferecem a sua força de trabalho, e os segundos, como compradores, oferecem o salário ou a jorna, que é a paga de um dia de trabalho.” De igual modo, em casos em que se assiste a uma alteração “do salário acordado para o pagamento à jorna”, verificam-se historicamente situações em que “os trabalhadores imigrantes se aglomeram em certas esquinas à espera de trabalho (...) e são obrigados a trabalhar em condições mais duras do que as inicialmente prometidas” (Portes, 1999: 37).

Sem “ajuntamento dos assalariados em locais certos e dia fixado” ou “aglomeração em certas esquinas”, a jorna é, neste caso, organizada sobretudo com recurso às redes sociais — desde logo, como no discurso acima citado, ao *WhatsApp*, o qual constitui um recurso para centenas de migrantes timorenses que esperam trabalho. Uma vez mais, agora para responder a necessidades decorrentes das flutuações da produção, é no quadro das redes sociais que se organiza o acesso ao trabalho. No caso da informação disponibilizada previamente sobre Portugal, como na organização destas *praças de jorna digitais*, as redes sociais constituem um instrumento determinante na definição das condições em que se desenvolve o percurso destes migrantes.

### **3.3 A cidade: acolhimento e etnicização, entre a *praia* e o centro**

O primeiro comportamento-padrão perante situações de rutura laboral resulta, então, na permanência no mesmo espaço geográfico, através da inserção laboral precária com vista a suprir intermitentemente as necessidades flutuantes da produção agroindustrial (3.1). O segundo, por sua vez, compreende uma nova migração — desta feita, do *campo* para a *cidade*. Retomemos, a este respeito, a discussão sobre a natureza da fronteira definidora do processo migratório (1.1): de facto, ao representar uma deslocação geográfica de um local para o outro, agora dentro de um Estado-nação, esta nova migração implica não só uma mudança da residência, mas também, como se verá, “uma mudança da posição de *status*” por força “[d]a quebra de antigos laços sociais e a forja de novos” (Jackson, 1991: 1-2). O seguinte discurso, proferido por um migrante que chegou a Portugal há oito meses, é exemplo desse percurso:

Trabalho acabou [no Alentejo] e eu não sai na casa, eu fiquei na casa. Depois a polícia com a Segurança Social vai na minha casa e diz que eu tenho que sair. Leva todos, eu e meus colegas, para [resposta] social em Portimão. Leva com muitos colegas de Timor-Leste. Mas em Portimão não tinha trabalho, então volt[ei] (...) para Lisboa. E aí eu não tinha casa para ficar, eu fiquei com os meus colegas na praia. (...) Viver na praia, na praia dormi um mês. A começar em 2022, em 24 Dezembro, dia de Natal, para 2023. (T9, 23 anos, homem, natural de Díli)

A “praia” a que este migrante se refere é o Terreiro do Paço, onde dezenas de timorenses pernотaram nas imediações do cais fluvial. Outros locais, como o Martim Moniz ou o jardim junto à Igreja dos Anjos, serviram de abrigo para timorenses sem acesso a trabalho ou habitação. A passagem à condição de sem-abrigo, com a vulnerabilidade e insegurança que daí decorrem, é comumente identificada como fator de um processo de desafiliação, que implica a perda a perda de estatuto e a quebra identitária, resultando no enfraquecimento das relações de sociabilidade entre estes indivíduos e o meio envolvente (Castel, 1995). Neste caso, dois processos ocorrem simultaneamente: a vulnerabilização que conduz ao enfraquecimento das relações de sociabilidade com o meio envolvente (externo às relações intra-migrantes), decorrente da condição da passagem à condição de sem-abrigo; e a desintegração na sociedade de partida e posterior reintegração na sociedade de chegada, decorrente do processo migratório. Ora, este segundo processo, como referido anteriormente, contribui para a naturalização das dificuldades impostas pelo primeiro — as quais tendem a ser encaradas como uma componente intrínseca da experiência migratória e conduzem ao reforço da dimensão económica (instrumental) das aspirações (2.1).

Este fenómeno de concentração de migrantes em condição de sem-abrigo nas ruas e praças de Lisboa, pela sua dimensão, não encontra paralelo. Na viragem do milénio, por exemplo, estimava-se que o número total de sem-abrigo em Lisboa fosse inferior a 1 500 pessoas, apontando-se um fenómeno de “emergência de sem-abrigo imigrantes, ainda residual, mas com indícios de crescimento” (Pereira et al., 2000: 62). Mais recentemente, esses indícios traduziram-se num crescimento efetivo: em 2014, verificava-se um aumento da população imigrante em condição de sem-abrigo na região de Lisboa para cerca de meio milhar, sendo sobretudo originária do Leste europeu e de países africanos (Monteiro et al., 2014: 49-72). Só no quadro do recente fluxo de timorenses, entre 2022 e 2023, terão sido centenas os migrantes que se encontraram em tal situação.

O acolhimento num centro temporário em Lisboa — pelo qual já passaram, entre entradas e reentradas, cerca de 700 timorenses —, como em pensões e pousadas da juventude distribuídas pelo país, constitui, neste quadro de vulnerabilidade social, uma solução de emergência. Originalmente, este centro enquadrar-se-ia numa resposta no quadro daquilo que Kuhn e Culhane (1998), num estudo que retrata a composição de centros de acolhimento em Nova Iorque e Filadélfia, classificaram como “população sem-abrigo de transição” (ou seja, pressupondo uma permanência de curto prazo e uma rápida reintegração). Porém, a função deste centro afigura-se mais ampla: o que seria uma resposta de curto prazo transforma-se, rapidamente, num instrumento de integração a médio prazo. Como tal, muitos dos entrevistados acolhidos no centro disseram, no decorrer das entrevistas, ali permanecer há vários meses. A existência do centro é, assim, tida como um elemento de segurança, mesmo para potenciais migrantes que, ainda em Timor-Leste, ponderam os riscos e benefícios da migração:

Olham para este lugar como um lugar de referência. (...) Temos os que chegaram primeiro a Portugal, há mais de um ano, e sofreram grande exploração no Alentejo e noutros lugares. Temos outro grupo que chegou em Novembro ou Dezembro [de 2022] e que sofreu um pouco menos, porque já teve apoio dos que estavam cá. E temos o terceiro grupo, que são os que chegaram em 2023. O discurso é muito parecido entre todos eles, é muito preparado. Eles vêm do aeroporto diretamente para cá. (E2, mulher, técnica num centro de acolhimento)

A criação desta expectativa na origem, possibilitada pela circulação de informação através de redes sociais, resultará da sobrevalorização dos aspetos positivos do acolhimento. De tal modo que esta resposta, mesmo sendo constituída por uma solução emergencial em que cerca de uma centena de migrantes pernoita num pavilhão desportivo, constitui-se como elemento de atenuação dos riscos da migração — a par das *imagens-guia* (Lauwe, 1964; 1976) constituídas a partir do discurso institucional e difundidas através das redes sociais (2.1) e da perceção da existência de redes que interconectam origem e destino (3.1). A sobrevalorização dos aspetos positivos traduz-se, simbolicamente, na própria identificação do espaço por parte dos migrantes entrevistados: frequentemente, mesmo quando a pergunta era formulada sobre “o centro”, a resposta dos entrevistados foi sobre “a casa”. Esta noção de lar — à qual se associam significados emocionais relacionados com a permanência, familiaridade e estabilidade (Bento e Barreto, 2002: 90-91) ou referências de segurança, pertença social e bem-estar (Menezes, 2008: 7) — é visível no discurso de uma mulher timorense, que estava, no momento da realização da entrevista, há vários meses acolhida no centro de emergência:

Agradeço muito [à instituição de acolhimento], porque sempre dá esta casa para nós podermos dormir e comer. Do coração, eu agradeço muito. (...) [A vida no centro] é boa, porque nós temos comer, nós temos wi-fi gratuito, nós temos água para tomar banho gratuita, eles também dão o que nós precisamos. Homem, mulher, eles sempre dão. (T8, 31 anos, mulher, natural de Díli)

Ao estudar as condições sociais que conduzem à condição de sem-abrigo nos Estado Unidos, Hertzberg (1992) identifica a relação entre a duração e a aceitação da condição de vulnerabilidade: por um lado, quanto mais prolongada é a permanência nas ruas ou em centros de acolhimento, mais difícil é a reinserção; por outro, à medida que a perspectiva de reinserção se vai tornando mais difícil, maior é a aceitação dessa condição. Admitindo esta possibilidade (e admitindo, igualmente, um cenário de permanência prolongada destes migrantes em respostas emergenciais), podemos, a prazo, estar perante duas tendências de sentido oposto: a reemergência de aspirações ocultadas nas primeiras fases do processo migratório, por força da sobrevalorização da dimensão económica (Piore, 1976) e da naturalização das dificuldades (Pereira et al., 2021); e a tendência, identificada por Hertzberg, para a naturalização da vulnerabilidade, por força da permanência prolongada em situação de sem-abrigo. Se este quadro se confirmar, o tempo dirá qual destas tendências será prevalecente.

É certo que etnicização e assimilação não são dinâmicas mutuamente exclusivas, definindo-se a integração dos migrantes no *continuum* entre estas duas dinâmicas ideal-típicas (Pires, 2003). Neste quadro, entre o discurso e a experiência quotidiana destes migrantes, verifica-se um aparente paradoxo ao nível do modo de integração.

Por um lado, as permanentes remissões discursivas para a proximidade entre pertenças culturais de migrantes e autóctones — recorde-se as referências, já anteriormente citadas, aos “povos irmãos” ou “muito parecidos” (2.1) — aproximam-se de uma lógica de “interpenetração e fusão no qual as pessoas e grupos adquirem memórias, sentimentos e atitudes de outras pessoas e grupos e, ao partilharem a sua experiência e história, são incorporados numa vida cultural comum” (Park e Burgess, 1921: 735). Ou seja, esta dinâmica marcadamente assimilacionista, que assume centralidade no discurso dos migrantes, traduz-se na adoção de elementos da sociedade de acolhimento — alicerçados em laços históricos, que constituem um espaço identitário comum.

Acontece que, por outro lado, a coabitação entre timorenses com percursos similares constitui um fator de reforço da pertença étnica. Os casos em que assimilação é predominante na integração dos migrantes, retendo estes no discurso elementos simbólicos de afiliação étnica, têm sido, comumente, identificados como demonstração de uma “eticidade simbólica” (Gans, 1979; Stone e Harris, 2019; Ammerman, 2007). No caso da integração destes migrantes timorenses, verifica-se o processo inverso: no quadro de uma integração marcada pela etnicização — reforçada, cumulativamente, pela exclusão social, pela exploração laboral e pela precariedade habitacional —, a permanência de um discurso marcado pela valorização do espaço identitário comum entre migrantes e autóctones traduz-se numa expressão simbólica de assimilação. Neste sentido, a vulnerabilização social decorrente da passagem à condição de sem-abrigo não representa necessariamente uma “quebra identitária”, como identificado na noção de desafiliação proposta por Castel (1995), anteriormente referida, mas um reforço da própria pertença identitária. A frequente reafirmação da pertença nacional no discurso (por vezes, como no excerto abaixo, a que se associa a referência explícita à condição de imigrante) é demonstrativa disso:

O 77 é um grupo de rituais. Um pouco de rituais. (...) 80 também é um grupo. Se fosse você com eu em 77, nós somos irmãos. Se fosse 80 com 77, nós não somos irmãos. Há muita diferença, mas é assim... nós somos timorenses também, nós somos imigrantes. Aqui não há problemas de violência. Em Timor, há. Em Timor, não ficam juntos assim. Aqui não, porque nós somos imigrantes. Os grupos têm culturas. Mas aqui, no centro, tem uma cultura que é a bandeira de Timor-Leste. Só isso. (T8, 31 anos, mulher, natural de Díli)

A “bandeira de Timor-Leste” constitui, aliás, um elemento definidor da organização espacial do próprio centro de acolhimento: situada num enorme painel, estabelece a separação entre a zona pública e a centena de camas geograficamente alinhadas. Pintaram-na manualmente os migrantes timorenses, por cima da bandeira ucraniana que recebeu quem anteriormente foi acolhido no pavilhão.

# Conclusão

## Cinco conclusões sobre um fenómeno social em desenvolvimento

Esta dissertação, procurou explicar, a partir de sete ângulos distintos, as principais dimensões do recente fluxo de timorenses para Portugal. Sistematizam-se, agora, cinco conclusões que decorrem da investigação realizada.

Primeiro, a constituição inicial do fluxo (e a sua subsequente reprodução) pode ser explicada pela conjugação de cinco fatores: i) a rutura de um percurso migratório existente, entre Timor-Leste e o Reino Unido, decorrente de uma alteração restritiva na política de imigração britânica pós-Brexit; ii) a facilitação de entradas por força do enquadramento legal particular da migração de timorenses para Portugal, ainda que, como verificado noutras vagas, a morosidade na regularização seja um elemento de vulnerabilização dos migrantes; iii) a identificação, pelos potenciais migrantes, de uma oportunidade geográfica de migração, ancorada na perceção de existência de uma assimetria entre origem e destino; iv) a atenuação dos riscos da migração, a partir de uma intervenção institucional do Presidente da República português, pelo efeito conjugado da circulação de informação, através de redes sociais, conduzindo à reprodução do fluxo migratório inicial por via de um processo de causalidade cumulativa (Massey et al., 1993) e da difusão de *imagens-guia* (Lauwe, 1964), que estabelecem uma representação idealizada do destino; e, por fim, v) a atuação de organizações e redes de migração, constituídas em torno de agências de recrutamento e intermediários, que interconectam origem e destino. Porém, ao contrário de uma das hipóteses inicialmente colocadas, verificou-se que estas redes formais não acompanham todo o processo migratório. Ao invés, em situações de rutura provocadas pela escassez de emprego decorrente das necessidades flutuantes da produção agroindustrial, são mobilizadas (ou remobilizadas) redes sociais emigrantes, constituídas em torno de pertenças identitárias comuns.

Segundo, as aspirações económicas são prevaletentes no discurso dos migrantes. Seja pela redefinição da hierarquia de prioridades (resultante de situações de vulnerabilidade social e rutura de expectativas) ou devido à fase inicial da migração em que se encontram, esta dimensão instrumental tende a conceber a migração como um meio para atingir uma determinada finalidade. As remessas para o país de origem, o pagamento das dívidas contraídas ou o incremento das condições económicas dos próprios ou das famílias — sendo o salário, igualmente, um fator de prestígio e de estatuto social (Piore, 1979) — constituem objetivos centrais da migração. Concomitantemente, registam-se algumas expressões de aspirações intrínsecas, que valorizam a experiência migratória em si mesma (de Haas, 2021); assim como a identificação de uma obrigação (normativa), projetada na idealização do retorno, de devolver ao país de origem a experiência apreendida.

Terceiro, a seletividade do fluxo expressa-se tanto na origem como no destino. Na origem, através da seletividade social e económica: os migrantes e as famílias tendem a ser portadores de alguns

recursos, os quais possibilitam a migração. No destino, a concentração inicial de migrantes na produção agroindustrial leva à constituição de nichos ocupacionais nessa atividade. Perante a rutura provocada por necessidades flutuantes da produção, registam-se dois comportamentos-padrão: a permanência em contexto rural, através de uma integração laboral marcada pela sazonalidade; e a migração para um contexto metropolitano, que, frequentemente, resulta na passagem à condição de sem-abrigo e ao acolhimento em centros de emergência. A diluição entre as esferas laborais e doméstica tem duas consequências no processo de integração: por um lado, conduz ao reforço da dimensão instrumental das aspirações; por outro, conduz a um paradoxo resultante da ambivalência entre um discurso marcadamente assimilacionista (que realça a inclusão de migrantes e autóctones num espaço identitário comum) e uma vivência quotidiana marcada pela etnicização (reforçada por situações de exclusão, precariedade e vulnerabilidade social).

Quarto, a migração constitui-se como ação individual, no quadro de uma decisão partilhada e estruturalmente condicionada. A família representa um elemento central a dois níveis: a montante da migração, condicionando as aspirações migratórias e mobilizando os recursos para a constituição da capacidade económica para migrar (através de empréstimos com elevadas taxas de juro e, muitas vezes, mediante a hipoteca de bens familiares); e, a jusante, sendo recetora de retorno económico (através das remessas) e de informação, a qual, tendendo a maximizar os benefícios e ocultar os custos da migração, cria uma perceção irreal da vida no exterior (Helweg, 1987) e conduz à reprodução do fenómeno inicial.

Quinto, a ação dos migrantes e o condicionamento pelas estruturas sociais são fatores intrinsecamente interligados. As aspirações e capacidades são determinadas, simultaneamente, a partir de cima e de baixo (Carling e Schewel, 2018): as aspirações migratórias surgem no quadro de um ambiente particular de emigração de nível macro, abrangendo o contexto social, económico e político; e, ao mesmo tempo, ao nível micro, a vontade (e as narrativas migratórias) determinam padrões de mobilidade ou imobilidade. As redes sociais e os mecanismos de *feedback*, operando ao nível meso, estabelecem a articulação entre estas duas escalas.

Sobre este recente fluxo de timorenses, há uma certeza e uma incerteza. Por um lado, é seguro afirmar-se que este constitui o maior fluxo de timorenses para Portugal no período pós-independência. Por outro, as condições de acolhimento precárias, a exploração laboral e a vulnerabilidade a que estes migrantes são sujeitos tornam incerto o futuro deste fluxo. Os mecanismos de *feedback* e a circulação de informação foram determinantes para a reprodução do fluxo inicial. Porém, perante situações de persistente rutura das expectativas iniciais, estes elementos podem, igualmente, ser determinantes para a atenuação do fenómeno migratório. Para os migrantes que permanecem em Portugal, três hipóteses parecem colocar-se: a integração de longo prazo, estrangida pela precariedade e pela condição de irregularidade a que estão sujeitos; a migração para um destino terceiro, nomeadamente o Reino Unido, aparentemente bloqueada pelas restrições à imigração naquele país; ou o regresso a Timor-Leste, dificultado pela ausência de recursos para pagar as dívidas contraídas com vista a suportar os custos da migração. As respostas sobre o desenvolvimento futuro deste fluxo migratório só o tempo trará.



## Fontes estatísticas e documentais

Agência Lusa (2023, 18 de janeiro). “Serviço de Estrangeiros e Fronteiras regista abrandamento na entrada de timorenses em Portugal desde outubro”. [https://www.lusa.pt/subscriber/article/41586756?srv\\_id=106&list\\_id=0234065809](https://www.lusa.pt/subscriber/article/41586756?srv_id=106&list_id=0234065809)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022, outubro), Panorama do Censo 2022, <https://www.ibge.gov.br/en/statistics/social/labor/22836-2020-census-censo4.html>

Office for National Statistics of the United Kingdom (2021, abril), Data em Analysis from Census 2021, <https://www.ons.gov.uk/census>.

Organização Internacional das Migrações [OIM] (2014), *Uma País em Movimento: Perfil das migrações internas em Timor-Leste*, IOM.

Organização Internacional das Migrações [OIM] (2023), *Migration in Timor-Leste: A Country Profile*, IOM.

Presidência da República Portuguesa (2022, 21 de maio). “Visita à Universidade Nacional Timor Lorosae”. <https://www.youtube.com/watch?v=S3Z8P84E4GA>

República Democrática de Timor-Leste [RDTL] (2023), *Censo da População em 2022 [Relatório Preliminar]*, RDTL.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2003). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2002*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2004). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2003*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2005). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2004*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2006). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2005*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2007). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2006*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2008). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2007*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2009). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2008*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2010). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2009*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2011). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2010*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2012). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2011*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2013). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2012*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2014). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2013*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2015). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2014*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2016). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2015*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2017). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2016*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2018). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2017*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2019). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2020). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2021). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2022). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021*. SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2023). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022*. SEF.

United Nations Department of Economic and Social Affairs [DESA] (2020). International Migrant Stock 2020: Destination and Origin. Available at [www.un.org/development/desa/pd/content/international-migrantstock](http://www.un.org/development/desa/pd/content/international-migrantstock).

## Referências bibliográficas

- N. T. Ammerman (2007), *Everyday Religion: Observing Modern Religious Lives*, Oxford University Press.
- J. Alves (2022), “Martial and Ritual Arts Groups in the Formation of Political Parties in Timor-Leste”, *Diálogos*, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Nacional de Timor-Lorosae, 45-60.
- J. F. Almeida (1993), “Integração social e exclusão social: algumas questões”, *Análise Social*, Vol. XXVIII, 829-834.
- H. H. Askland (2014), “East Timorese in Australia: affective relations, identity and belonging in a time of political crises”, *Austrian Journal of South-East Asian Studies*, 7(2), 199-216.
- M. I. Baganha, J. C. Marques e P. Góis (2009), “Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica”, *Ler História*, nº 56, 34-56.
- M. S. Barreto (2014), “Deportação, Colonialismo e Interações Culturais em Timor: O Caso dos Deportados nas Décadas de 20 e 30 do Século XX”, Em M. F. Rollo, C. Reis, e A. C. Rodríguez (Coord.) *Encontro Europa-Oriente, Oriente-Europa. Perspectivas Coloniais dos Séculos XIX e XX*, Instituto de História Contemporânea, 69-88.
- B. L. Berg, e H. Lune (2012), *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*, Pearson Education.
- M. Blau (1977), “Inequality and Heterogeneity: A Primitive Theory of Social Structure”, The Free Press.
- M. L. Bandeira (2004), *Demografia: objecto, teorias e métodos*, Escolar Editora.
- P. Bourdieu (1997[1994]), *Razões práticas: sobre a teoria da acção*, Celta.
- J. P. Cabral (1983), “Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa”, *Análise Social*, nº 79, Vol. XIX, 313-325.

- E. Cabral, e M. Martin-Jones (2017), “Moving north, navigating new work worlds and re-mooring: language and other semiotic resources in the migration trajectories of East Timorese in the UK”. Em C. Kerfoot e K. Hyltenstam (Ed.), *Entangled Discourses: South-North Orders of Visibility*. Routledge, 52-76.
- J. Carling (2002), “Migration in the age of involuntary: theoretical reflections and Cape Verdean experiences”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol. 28, 5-42.
- J. Carling, e K. Schewel (2018), “Revisiting aspiration and ability in international migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*”, Vol. 44, nº 6, 945-063.
- R. M. Carmo (2007), *De aldeia a subúrbio: trinta anos de uma comunidade alentejana*. Imprensa de Ciências Sociais.
- H. Carmo e M. M. Ferreira (2008), *Metodologia da Investigação: guia para auto-aprendizagem*. Universidade Aberta.
- D. P. Cartwright (1953), “Analysis of qualitative material”, Em L. Festinger e D. Katz (Ed.), *Research Methods in the Behavioral Sciences*, Holt, 32-54.
- J. M. Carvalho (2021), “A imigração e a agricultura no Alentejo do Século XXI”, *Revista Migrações*, nº 17, 87-104.
- R. Castel (1995), *Les metamorfoses de la question sociale*, Fayard.
- R. Castel (1997), “A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação”, *Caderno CRH*, 26/27, 19-40.
- S. Castles, e M. J. Miller (1998). *The age of migration. International population movements in the modern world* [Primeira Ed.]. MacMilan Press LTD.
- S. Castles (2005), *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*, Fim de Século.
- A. F. Costa (1987), “A pesquisa de terreno em Sociologia”, Em A. S. Silva, e J. M. Pinto (Ed.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Edições Afrontamento.
- A. Cohen (1985), *The symbolic construction of community*, Routledge.
- J. Cutileiro (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Livros Horizonte.

- H. de Haas, M. Czaika, M-L. Flahaux, E. Mahendra, K. Natter, S. Vezzoli, e M. Villares-Varela (2019), “International Migration: Trends, Determinants and Policy Effects”, *Population and Development Review*, 45(4), 885-922.
- H. de Haas (2014), “Migration Theory: Quo Vadis?”, [Working Paper], Oxford International Migration Institute, University of Oxford.
- H. de Haas, S. Castles, e M. J. Miller (2020), *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World* [Sexta edição], Red Globe Press.
- H. de Haas (2021), “A theory of migration: the aspirations-capabilities framework”, *Comparative Migration Studies*, 9(8), 2-36.
- V. S. Ferreira (2014), “Artes e manhas da entrevista compreensiva”, *Saúde e Sociedade*, Vol. 23, 979-992.
- W. H. Foddy (1993), *Constructing Questions for Interviews and Questionnaires: Theory and Practice in Social Research*, Cambridge University Press.
- M. Fonseca (2013), *Os Grupos de Artes Marciais de Timor-Leste: uma abordagem da Psicologia Social Comunitária*, [Dissertação de Mestrado], ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- J. Freyssinet (1989), *Le Chômage*, Editions La Découverte.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF] (2018), *Timor-Leste. Livro de Dados da Criança 2018*. UNICEF.
- H. J. Gans (1979), “Symbolic ethnicity: The future of ethnic groups and cultures in America”, *Ethnic and Racial Studies*, Vol 2, 46-66.
- M. S. Granovetter (1973), “The Strength of Weak Ties”. *The American Journal of Sociology*, Vol. 78, nº 6, 1360-1380.
- C. Goldscheider (1971), *Population, Modernization and Social Structure*, Little Brown.
- Gomes, S. P. (1976[1946]), *Praça de Jorna*, Organização dos Técnicos Agrícolas da Direção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português.
- L. Henry (1981), *Dictionnaire demographique multilingue: volume français*, Ordina.
- E. L. Hertzberg (1992), “The homeless in the United States: Conditions, typology and interventions”, *International Social Work*, 35(2), 149–161.
- G. Hull (2001), *Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional*, Instituto Camões.

- K. Hoggart, K., e C. Mendonza (1999), “African Immigrant Workers in Spanish Agriculture”, *Sociologia Ruralis*, Vol. 39(4), 148-187.
- Instituto Nacional de Estatística [INE] (2003, 21 de Abril), Migração, *Meta-informação estatística*, <https://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5747>.
- J. A. Jackson (1991), *Migrações*, Escher.
- R. King (1994), “Geografia social e económica das migrações do trabalho”, Em D. Pinder (Coord.), *Europa Ocidental: desafios e mudanças*, Celta.
- S. Kalantaryan, M. Scipioni, F. Natale, A. Alessandrini (2021), “Immigration and integration in rural areas and the agricultural sector: An EU perspective”, *Journal of Rural Studies*, Vol. 88, 462-472.
- C. Kasimis (2005), “Migrants in the rural economies of Greece and Southern Europe”, *Migration Information Source*.
- P. H. C. Lauwe (1964), “Aspirations, images guides et transformations sociales”, *Revue Française de Sociologie*, V, 180-192.
- P. H. C. Lauwe (1976), *Transformations de L’Environnement, des Aspirations et des Valeurs*, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- E. S. Lee (1966), “A Theory of Migration”, *Demography*, Vol. 3(1), 47-57.
- A. López-Sala, e T. Basok (2016), “Rights and Restrictions: Temporary Agricultural Migrants and Trade Unions’ Activism in Canada and Spain”, *Journal of International Migration and Integration*, nº 17, 1271-1287.
- F. L. Machado (1997), “Contornos e especificidades da imigração em Portugal”, *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 24, 9-44.
- A. McWilliam (2007), “East and West in Timor-Leste: Is there an ethnic divide?”, Em D. Shoemith (Ed.), *The Crisis in Timor-Leste: Understanding the Past, Imagining the Future*, Charles Darwin University Press, 37–44.
- A. McWilliam (2012), “New Fataluku diasporas and landscapes of remittance and return”. *Local-Global: Identity, Security, Community*, nº 11, 72–85.
- A. McWilliam (2022), “Making money, missing home: reflections on timorese informal labour migration to Britain”, *The Asia Pacific Journal of Anthropology*, Vol. 23, 266-285.

- F. L. Menezes (2008), *Dinâmicas de risco na modernidade e desigualdades sociais: o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres*, [Tese de Doutoramento], ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- C. W. Mills (1959), *The Sociological Imagination*, Oxford University Press.
- S. Miranda (2010), *Trajectórias de Mulheres Timorenses em Portugal: Género e Transnacionalismo na Diáspora*, [Sessão de conferência], *Compreender Timor*. Lisboa.
- J. J. Mangalam, e H. K. Schwarzweller (1968), “General theory in the study of migration: current needs and difficulties”, *International Migration Review*, 3(1). 3-18.
- D. S. Massey, J. Arango, G. Hugo, A. Kouaouci, A. Pellegrino, e J. E. Taylor (1993), “Theories of international migration: A review and appraisal”, *Population and Development Review*, 19(3), 431-466.
- T. L. Monteiro, V. Policarpo, V. Ramalho, I. Santos (2013), *Imigrantes sem-abrigo em Portugal*, Observatório da Imigração.
- C. Nolasco (2016), *Migrações Internacionais: conceitos, tipologia e teorias*, [Working Paper], Oficina nº 434, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- Organização das Nações Unidas [ONU] (1953), “International Migration Statistics”, *Statistical Papers*, 20, Sales nº E.53.XIII.10.
- Organização Internacional das Migrações [OIM] (2014), *Uma Países em Movimento: Perfil das migrações internas em Timor-Leste*, IOM.
- Organização Internacional das Migrações [OIM] (2019), *Migration Governance Indicators: Profile 2019 for Timor-Leste*, IOM.
- Organização Internacional das Migrações [OIM] (2023), *Migration in Timor-Leste: A Country Profile*, IOM.
- R.E. Park e E. W. Burgess (1921), *Introduction to the science of Sociology*, The University of Chicago Press.
- R. E. Park (1928), “Human Migration and the Marginal Man”, *American Journal of Sociology*, Vol. 33, 881-893.
- Á. Pereira; P. Barreto, e G. Fernandes (2000), *Análise Longitudinal dos Sem-Abrigo em Lisboa: a situação em 2000*, Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa.



- C. Pereira, N. Pinto, R. P. Pires (2014), “Portuguese nurses in the UK 2014”, *Fact Sheets*, 3, Observatório da Emigração, CIES-IUL.
- C. Pereira, A. Pereira, A. Budal, S. Dahal, J. Daniel-Wrabetz, J. Meshelemiah, J. Carvalho, M. J. Ramos, R. M. Carmo, e R. P. Pires (2021). “If you don’t migrate, you’re nobody”: migration recruitment networks and experiences of Nepalese farm workers in Portugal, *Journal of Rural Studies*, Vol. 88, 500-509.
- W. Petersen (1958), “A General Typology of Migration”, *American Sociological Review*, 23(3), 256-266.
- F. Pinho (2012), *Transformações na brasileira para Portugal: de profissionais a trabalhadores*, [Tese de Doutoramento], ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- M. J. Piore (1979), *Birds of Passage*, Cambridge University Press.
- R. P. Pires (2003), *Migrações e integração*, Celta.
- R. P. Pires; F. L. Machado, J. Peixoto, e M. J. Vaz (2010), *Portugal: An Atlas of International Migration*, Tinta da China.
- A. Ortiz, R. P. Pires, e C. Pereira (2023). “Imigração”. Em Mamede, R. P. (Coord.), *Reformas Estruturais: O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2023*. IPPS-ISCTE - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, 53-60.
- A. Portes (1997), Immigration Theory for a New Century: some problems and opportunities. *The International Migration Review*, Vol. 31, nº 4, 799-825.
- A. Portes (1999), *Migrações internacionais. Origem, tipos e modos de incorporação*, Celta.
- A. Portes (2004), Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 54, 45-61.
- R. Quivy, e L. V. Campenhoudt. (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva.
- E. G. Ravenstein (1885), “The Laws of Migration”. *Journal of the Statistical Society of London*, Vol. 48, nº 2. 167-235.
- E. G. Ravenstein (1889), The Laws of Migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 52, nº 2, 241-305.
- República Democrática de Timor-Leste [RDTL] (2017), *Estratégia Nacional de Emprego 2017–2030*, RDTL.

- F. J. Rye; e S. Scott (2018), “International Labour Migration and food Production in Rural Europe: a Review of the Evidence”, *Sociologia Ruralis*, Vol. 58 (4), 928-952.
- E. F. Sanches (2020), *Determinantes da Emigração de Timor-Leste para o Reino Unido*, [Dissertação de mestrado], ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- J. Scambary, H. Gama, e J. Barreto (2006), *A survey of gangs and youth groups in Dili*, Australia’s Agency for International Development.
- J. Scott (2000), *Social Network Analysis*, SAGE Publications.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (2023), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022*, SEF.
- J. Stone; K. Harris (2018), “Symbolic ethnicity and Herbert Gans: race, religion, and politics in the twenty-first century”, Em M. Bulmer e J. Solomos (Eds.), *Celebrating 40 Years of Ethnic and Racial Studies*, Routledge, 35-48.
- Time (1923, 2 de julho), “No Bananas”, Time, nº 24, 8.
- T. Viegas (1997), *Timor-Leste*, Universidade Aberta.
- J. R. Weeks (2007), *Population: An Introduction to Concepts and Issues*, Tenth Edition.
- A. Wigglesworth, e A. B. Santos (2016), *Timorese Workers in Australia: A Study of Seasonal Work Experiences, Skills and Future Options. A report of the Reintegration and Tracer Study in Timor-Leste for the Labour Mobility Assistance Program*, LMAP.
- A. Wigglesworth, e L. J. Boxer (2019), “Positioning for their Future: Timorese Migrant Workers in the UK”, *Papers on Social Representations*, Vol. 28, 10-20.
- A. Wise (2004), “Nation, transnation, diaspora: locating east-timorese long-distance nationalism”, *Journal of Social Issues in Southeast Asia*, Vol. 19, n.º 2, 152-166.